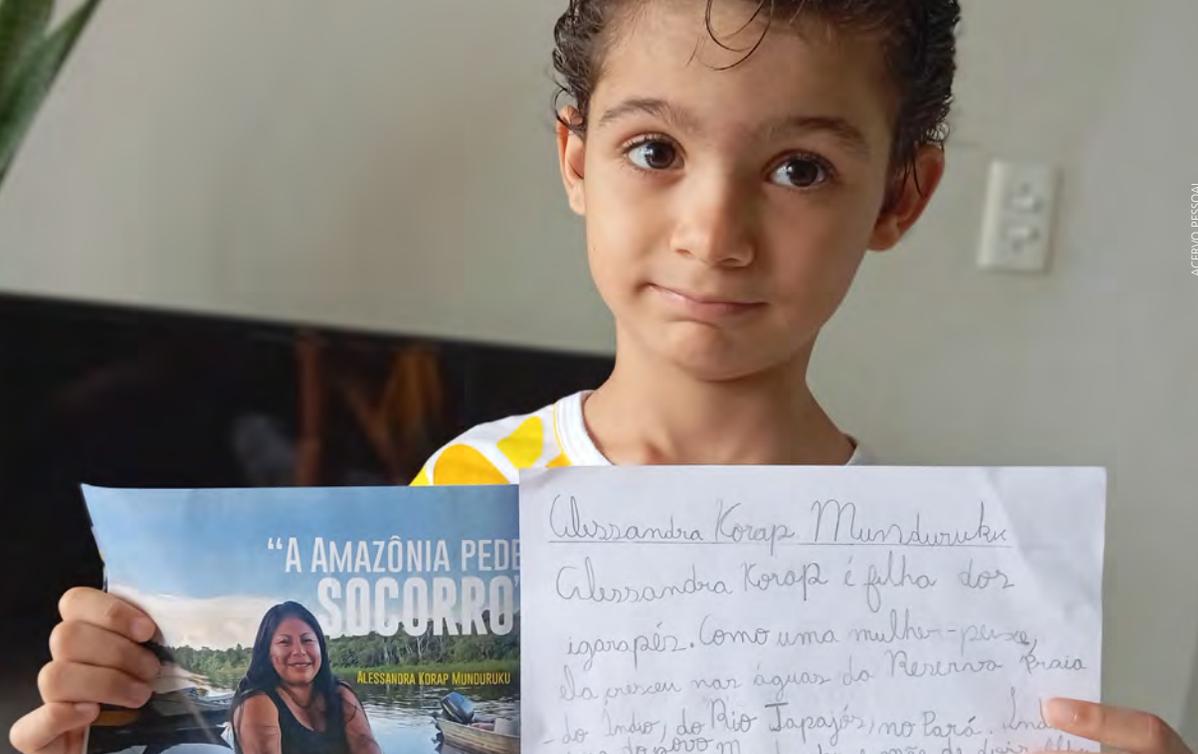


LIVRES E VIVAS PARA DECIDIR

Mulheres defendem a descriminalização do aborto para evitar mortes de gestantes e garantir autonomia sobre o próprio corpo



JOVEM LEITOR — Olha só quem está usando Radis como fonte de pesquisa para trabalhos escolares! Estudante do 1º ano fundamental no Instituto Educacional Girassol, em Fortaleza, Júlio Queiroz Moreira escolheu a ativista Alessandra Korap Munduruku para representar uma mulher importante do Brasil, no dia 8 de março. Depois de ler a entrevista publicada na Radis 251, com a ajuda da mãe Jéssica, ele ficou feliz da vida por ter conhecido a ativista indígena e editado seu primeiro texto! E a gente aqui na redação ficou muito feliz por ele ter enviado sua foto... Valeu, Julinho!

Nesta edição de março, todas as matérias são dedicadas a temas referentes às mulheres, com diferentes abordagens. Essa é também uma forma de Radis homenagear a luta de todas as mulheres, como fazemos ao longo de nossa história.

RADIS edição 258 ■ março de 2024

FOTO DA CAPA: ATO DO NEM PRESA NEM MORTA EM 2023 — AMANHECER VERDE NA RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA (DF).
FOTO: JULIANA DUARTE.



- | | | | |
|-----------|---|-----------|---|
| 3 | EDITORIAL
Pelo direito de decidir | 20 | SAÚDE MATERNA
Melhor em casa |
| 4 | VOZ DO LEITOR | 23 | RESENHA HIV
A vida com HIV como ela é |
| 5 | SÚMULA | 26 | AGROECOLOGIA
A terra é feminina |
| 10 | CAPA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO
"Legal ou não o aborto acontece" | 28 | Cadernetas Agroecológicas |
| 13 | O que é a ADPF 442 e por que ela é importante para descriminalizar o aborto? | 30 | ENTREVISTA ANA PAULA FEMINELLA
"Somos sujeitos de direitos" |
| 14 | O que disse o voto de Rosa Weber | 34 | SERVIÇO |
| 16 | A arruda e os lenços | 35 | PÓS-TUDO
A luta invisível: o legado e a resistência das mulheres negras |
| 17 | Aborto legal também sob ameaça | | |



JULIANA DUARTE

Pelo direito de decidir

Não é simples ser mulher num país conservador e patriarcal, onde pautas comportamentais são carregadas de preconceitos e convicções religiosas. Em que pese muitas lutas e alguns avanços por direitos e por reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, ainda há muito a evoluir para alcançar a igualdade plena, base fundamental para a construção das sociedades prósperas e pacíficas.

É neste contexto de avanços e retrocessos que a descriminalização do aborto gera diferentes opiniões, principalmente nos aspectos legais e morais, mostrando a urgência de provocar um debate capaz de trazer mudanças reais em caminhos que até agora têm acentuado desigualdades ao negar absurdamente à mulher o controle sobre o próprio corpo, punindo com maior rigor as mulheres e adolescentes pobres, negras, com baixa escolaridade e sem acesso ao poder político.

Nada menos que 500 mil mulheres e meninas fazem aborto todos os anos no Brasil e metade desse grupo invariavelmente são internadas em emergências. Não resta dúvida que a criminalização e a ilegalidade são responsáveis por colocarem essas pessoas diante de procedimentos inseguros e de alto risco, resultando em incontáveis casos de mulheres e meninas que morrem ou são mutiladas todos os dias, vítimas de procedimentos malfeitos e em locais inadequados.

Este tema precisa ser encarado como um problema de saúde pública e não de polícia, como orienta a própria organização dos Estados Americanos, que recomenda aos países reverem suas ações punitivas sobre o aborto, assim como a não imposição de limites para idade gestacional.

Nenhuma mulher que pratique o aborto deve ser maltratada, denunciada, presa ou estigmatizada ao procurar

unidades de saúde. Ao contrário, precisa ser respeitada em sua decisão e ser acolhida, porque não é simples fazer opção por um recurso traumático, não só por questões físicas, mas também emocionais, sociais e, em alguns casos, religiosos.

Enquanto homens legislando sobre o corpo feminino e seus direitos sexuais e reprodutivos estiverem em maioria, até mesmo os abortos legais previstos em lei brasileira estarão ameaçados como relatado nesta edição.

As repórteres de Radis que escrevem nesta edição tratam de variados assuntos que falam sobre mulheres, num mês especialmente importante pela comemoração de seu Dia Internacional, em 8 de março, como o trabalho de mulheres agricultoras que utilizam práticas agroecológicas para tratar a “Mãe Terra” e dela tirar seu sustento e realização pessoal, além da Casa de Maria, uma unidade de apoio que acolhe gestantes, puérperas e recém-nascidos, que residem longe de recursos de saúde após alta hospitalar.

Também presente nesta edição o relato do podcast produzido por mulheres que incorporam cinco personagens numa roda de conversa para falar sobre HIV, trazendo sob nova forma a informação e as experiências vividas sobre tudo que envolve o tema, como arma para enfrentar o preconceito e a discriminação contra mulheres que vivem com HIV e aids.

A 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, prevista para acontecer em julho de 2024, deverá discutir a desigualdade e a implementação de políticas públicas que reconheçam a diversidade das pessoas com deficiência, sem segregação em muitos outros campos da vida, segundo entrevista da secretária Nacional de Direitos Humanos concedida à Radis.

Boa leitura!

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo
E-mail radis.ensp@fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

SAÚDE MENTAL: CUIDADO EM LIBERDADE

Amei a capa!

Bruno Dominguez, via Instagram

Que capa belíssima!

Deka Bezerra, via Instagram

Que boniteza e potência.

Fernanda Bello, via Instagram

A política de Estado do governo Lula é o sucateamento do Departamento da dr. Sônia Barros e da reforma psiquiátrica e o fortalecimento do criminoso Departamento de Comunidades Terapêuticas, manicômios, máfia do encarceramento em massa, do Ministério do Desenvolvimento Social. Essa é a política que está sendo aplicada hoje. E digo mais: as instituições em silêncio vendo esse crime humanitário acontecer, omissas, enquanto nós, pessoas usuárias, estamos sendo aos milhares encarceradas nestes novos manicômios e o dinheiro público que



deveria estar sendo aplicado na Raps [Rede de Atenção Psicossocial] está sendo desviado para esses campos de concentração.

Eduardo Real, via Instagram



ABDIAS NASCIMENTO

Vídeo e texto maravilhosos! Viva Abdias Nascimento!

Maria Luporini, via Instagram

Acho que vi o trabalho desse artista plástico em Inhotim, em Minas Gerais. Achei muito bacana, tudo voltado para a cultura negra. A *Radis* sempre à frente na comunicação, para deixar todos por dentro de tudo. Eita, revista que é uma fonte inesgotável!

Mauba Tanha, via Instagram

Dá-lhe quilombismo!

Gabriel Everton, via Instagram

O PRAZER DE SE EXERCITAR

A importância da atividade física para a saúde é inegável, como evidenciado pelos relatos de Amanda e Yukio [*Radis* 221]. Entretanto, as desigualdades de acesso persistem. Concordo que

o futuro Guia de Atividade Física deve considerar não apenas as prescrições, mas também os fatores socioeconômicos que impactam a adesão. O desafio é garantir oportunidades igualitárias para todos, tornando a atividade física não apenas uma recomendação, mas um direito universal.

Maria Rosa de Jesus, no site

ENTREVISTA COM WEIBE TAPEBA

Parabéns! Ótima reportagem, rica em detalhes.

José Guilherme, no site

A persistência de um indígena supera qualquer situação. Resistência sempre!

Josevan Cruz, via Instagram

SOS YANOMAMI

Observa-se que o mal se arrasta de muito longe: veja-se que a própria matéria relata um genocídio em 1993 com a morte de 16 pessoas Yanomami. Pergunta-se: o que foi feito? Cadê as milhares de ONGs instaladas na região? Ninguém fez nada? E as autoridades da época e de todo esse lapso de tempo (1993-2024) não fizeram nada nem respondem pelos crimes? E os governos locais (estados do Amazonas e Roraima) sempre de boca fechada? Onde está a punição para todas as autoridades e instituições nesse período de tempo?

José Alberto Soares, no site

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Ana Cláudia Peres
Subeditora

Reportagem

Adriano De Lavor
Glauber Tiburtino
Licia Oliveira
Liseane Morosini

Estágio supervisionado
Giovanna Garcia, Izabelly Nunes e Luíza Zauza

Arte

Eduardo de Oliveira
Felipe Plauska

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal
Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 117.500 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministerio da Saude

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Vidas palestinas importam



O QUE ESTÁ ACONTECENDO EM GAZA?

Desde o dia 7 de outubro de 2023, quando 1,4 mil civis israelenses foram vítimas de um atentado do grupo armado Hamas, no sul de Israel, dezenas de milhares de palestinos foram mortos na Faixa de Gaza, sob convicção de organismos internacionais diante das evidências do massacre justificado como “direito de defesa israelense”. A reação desproporcional de Israel já matou quase 30 mil palestinos — em sua maioria mulheres e crianças — e feriu outras quase 70 mil, segundo noticiou a agência de notícias AFP (14/2), com informações do Ministério da Saúde do Hamas. Senão genocídio, como nomear o que acontece em Gaza?

Em entrevista coletiva na Etiópia (18/2), o presidente Lula condenou o genocídio praticado pelo governo de Israel contra a população palestina e afirmou que práticas semelhantes só encontravam paralelo com o Holocausto cometido por Hitler. No contexto da fala de Lula, o que ocorre na Faixa de Gaza não é uma guerra, pois não se trata de um exército contra outro: é um massacre de um exército com alto poderio bélico contra uma população vulnerabilizada. “De um lado o poderoso exército invasor, furioso; de outro, uma população civil desarmada, sem teto, e sem expectativa de futuro, clamando por água e alimentos, exilada em sua própria terra”, escreveu à Carta Capital (23/2) o cientista político e ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral.

O posicionamento do presidente brasileiro repercutiu principalmente no Brasil e em Israel, tornando Lula ‘persona non grata’ para o presidente israelense, Benjamin Netanyahu, e desencadeando uma tensão diplomática entre os dois países.

A cobertura da mídia brasileira

Uma análise do Coletivo Intervenções aponta tendência dos meios de comunicação brasileiros em priorizar vozes críticas à declaração de Lula, sublinhando uma crise diplomática grave. “A cobertura da mídia demonstra uma escolha editorial que acaba por desviar a atenção do cerne do conflito e suas implicações humanitárias”, diz o texto de Iara Moura e Pedro Vilaça, publicado na coluna do Intervenções na Carta Capital (21/2). Ao analisar a cobertura da TV Globo, da TV Record e do jornal O Estado de S. Paulo, o texto revela que os grandes veículos de mídia desviaram o foco das vítimas e ataçaram a crise diplomática entre Brasil e Israel.

“Entre os jornalistas brasileiros, a indignação perante a fala de Lula é inversamente proporcional à indignação aos crimes humanitários liderados por Israel. O governo assassino de Israel foi naturalizado pelo noticiário brasileiro”, advertiu o cientista social e jornalista do The Intercept Brasil João Filho (24/2). O colunista ressaltou ainda que a desumanização de um povo, como o que vem ocorrendo com os palestinos na Faixa de Gaza, é um fator que os assemelha ao que os judeus sofreram pelos nazistas no Holocausto.

A definição de genocídio

Criado pelo advogado judeu polonês Raphael Lemkin, em 1944, para nomear as políticas nazistas de assassinato sistemático, incluindo a destruição dos judeus europeus, durante a Segunda Guerra Mundial, o conceito de genocídio é traduzido pela Enciclopédia do Holocausto como uma combinação da palavra grega geno-, que significa raça ou tribo, com a palavra latina -cídio, que quer dizer matar.

Com este termo, Lemkin definiu o genocídio como “um plano coordenado, com ações de vários tipos, que objetiva à destruição dos alicerces fundamentais da vida de grupos nacionais com o objetivo de aniquilá-los”. Segundo o dicionário Michaelis, trata-se da “destruição total ou parcial de um grupo étnico, de uma raça ou religião através de métodos cruéis”.

Dengue: cenário crítico no Brasil

O Brasil registrou (23/2) quase 763 mil casos prováveis de dengue em 2024, com 150 mortes causadas pela doença, segundo informou o Ministério da Saúde. O Painel de Monitoramento das Arboviroses, atualizado em 23/2, estimou que o número de casos pode chegar a 4,2 milhões no ano, no cenário mais crítico para a doença.

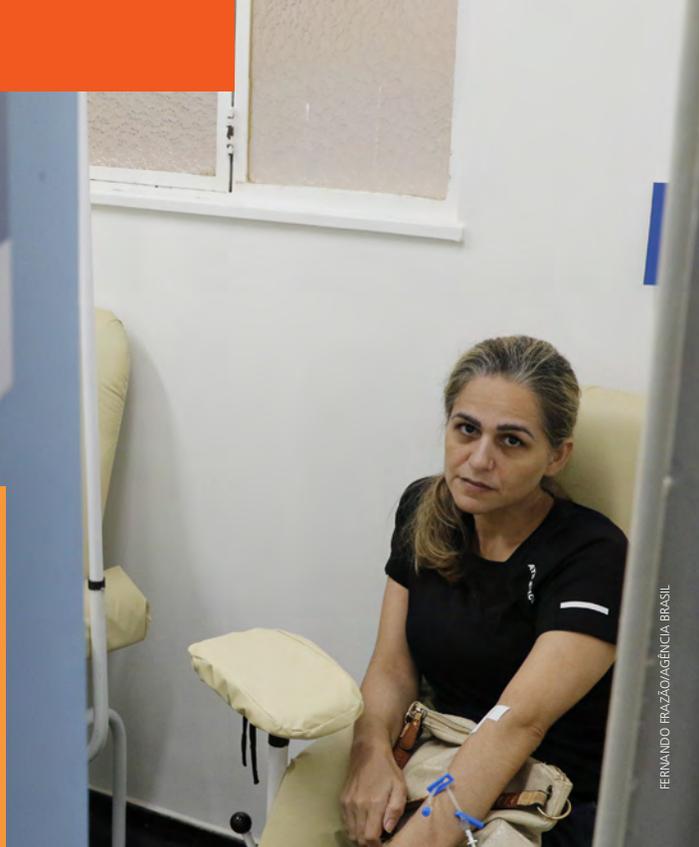
A dengue é considerada epidêmica quando as infecções atingem 300 casos para cada 100 mil habitantes, de acordo com critérios do Ministério da Saúde. Desde 3/2, o MS instituiu o Centro de Operações de Emergência (COE), que apresenta ações e estratégias voltadas aos componentes de vigilância epidemiológica, laboratorial, assistência e controle de vetores.

Emergência de saúde

Pelo menos 6 estados e o Distrito Federal decretaram estado de emergência devido à dengue até 23/2. São eles: Acre, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina. No Rio, o governo estadual anunciou (19/2) que os 50 mil casos prováveis de dengue estavam 20 vezes acima do esperado para 2024. Os números de 2024 já representavam 96% de todos os casos registrados em 2023, registrou a Agência Brasil (21/2). Cinco pessoas morreram até 23/2. A previsão é que até maio, sejam registrados 150 mil casos.

Criadouros domésticos

Segundo o 3º Levantamento Rápido de Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA) e o Levantamento de Índice Amostral (LIA) do Ministério da Saúde, 75% dos criadouros do mosquito da dengue estão nos domicílios, como em vasos e pratos de plantas, garrafas retornáveis, pingadeira, recipientes de degelo em geladeiras, bebedouros em geral, pequenas fontes ornamentais e materiais em depósitos de construção (sanitários estocados, canos e outros).



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Mobilização nas escolas

O Governo Federal juntou as pautas da saúde e educação e deu início (21/2) à mobilização contra a dengue nas escolas públicas. A ação faz parte da retomada do Programa Saúde na Escola, reestruturado em 2023. Serão 20 semanas de atividades e engajamento das comunidades escolares. No âmbito do programa, 25 milhões de estudantes serão sensibilizados e informados em mais de 102 mil instituições públicas de ensino pela urgência de combater o mosquito.

Vacina salva vidas

No início de fevereiro, o Ministério da Saúde iniciou a vacinação contra a dengue em crianças de 10 a 11 anos. A aplicação de duas doses vai avançar progressivamente para contemplar todo o público-alvo inicial, de 10 a 14 anos, que registra o segundo maior índice de hospitalização em razão da dengue.

Dengue e covid

A covid ainda mata 10 vezes mais do que a dengue em 2024 no Brasil. Números do Ministério da Saúde mostram que, apesar da melhora significativa do cenário, o coronavírus continua a ser mais letal do que a arbovirose, que avança pelo país, registrou O Globo (25/2). Lembre-se que as doenças podem ser confundidas, por terem sintomas comuns, mas a covid-19 é caracterizada por sintomas respiratórios, como tosse, dor de garganta e coriza, principalmente em casos leves.



Censo Escolar 2023

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresentaram os resultados do Censo Escolar 2023. Confira algumas informações:

ENSINO MÉDIO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE

- Aumento do número de matrículas no ensino profissionalizante em 12%.
- 8,8 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos não terminaram o ensino médio e não estão frequentando nenhuma instituição de educação básica. Somando todas as faixas etárias, o número cresce para cerca de 68 milhões de pessoas sem a escolarização básica no país.

CRECHES

- O número de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches aumentou de 36% para 41%. No entanto, ainda não está dentro da meta prevista há dez anos pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo Carlos Eduardo Moreno, diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, foi esse o setor mais afetado na pandemia, mas que agora voltou a crescer.

ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INTEGRAL

- A maior parte dos alunos da educação básica estão concentrados no ensino fundamental. São 121,4 mil escolas (68%) que ofertam alguma das suas etapas, mas a maioria oferece os anos iniciais (1º ao 5º ano). A principal oferta vem pela rede municipal. São 10 milhões de estudantes matriculados (69,5%), o que representa 86% da rede pública.
- Matrículas para escolas que ofertam tempo integral chegaram a 21%. Para essa modalidade, as escolas oferecem ao menos 7 horas de aula por dia aos alunos. A meta do PNE é que 25% dos estudantes estejam em escolas desta modalidade.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

- O número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) caiu, como já havia ocorrido em anos anteriores. Em 2023, o indicador foi de 2,5 milhões. No entanto, os dados do Censo mostram que costuma haver migração do ensino regular para esta etapa.

MG e a vacinação infantil nas escolas

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) prestar esclarecimentos sobre a publicação em que afirmou que “em Minas, todo aluno independente[mente] ou não de ter sido vacinado, terá acesso às escolas”. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 14, a vacinação das crianças é obrigatória nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, independentemente do imunizante e da doença.

A partir da publicação de Zema, quatro parlamentares do PSOL de Minas, a deputada federal Célia Xakriabá, a deputada estadual Bella Gonçalves e as vereadoras Iza Lourença e Cida Falabella, entraram com ação contra o governador no STF para pedir a remoção do vídeo. Além disso, solicitaram que qualquer decisão formal do governador sobre o assunto seja revogada.

Além de contrariar o que está previsto no ECA, a não obrigatoriedade da apresentação do comprovante de vacina também fere uma lei estadual mineira que aponta ser dever das escolas públicas e privadas orientarem sobre a imunização de crianças até dez anos e destoa de medidas adotadas pelo STF em relação à obrigatoriedade da vacinação.



Amazônia: Desmatamento diminui, risco aumenta

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) divulgou dados (21/2) que demonstram que o desmatamento da Floresta Amazônica teve queda de 60% em janeiro de 2024, em comparação ao mesmo período em 2023. Apesar de ser o 10º mês consecutivo de queda, o perigo de colapso do ecossistema até 2050 ainda é real, alerta a revista científica Nature (15/2).

O monitoramento do Imazon, feito por imagens de satélite, mostra que a área desmatada na Amazônia Legal em janeiro de 2024 foi de 79 km² — enquanto em janeiro de 2023, o desmatamento consumiu 198 km². Apesar da queda nos números, a devastação registrada no primeiro mês de 2024 equivale à perda de mais de 250 campos de futebol por dia, destacou o G1 (21/2). A capa da edição semanal da revista Nature (foto), no entanto, mostra que tensões climáticas e mau uso do solo poderão colapsar a floresta tropical até 2050.

Racismo: agredido tratado como agressor

Desfecho inusitado de episódio de racismo registrado no Rio Grande do Sul repercutiu bastante no mês de fevereiro. Everton Henrique Goandete da Silva, motoboy, negro, foi agredido por Sérgio Camargo Kupstaitis, morador de um prédio em Porto Alegre, branco, enquanto aguardava um chamado para o serviço de entrega a domicílio. Sérgio desferiu um golpe de faca em Everton, que revidou o ataque com pedradas.

“A briga entre um morador branco de um prédio de Porto Alegre e o motoboy negro”, como registrou o site G1 (24/2), foi interrompida pela Brigada Militar, que prendeu o motoboy, sob a alegação de desacato e o conduziu à delegacia no porta-malas da viatura. Ao agressor, no entanto, foi permitido que fosse sozinho à sua residência para buscar documentos para que também fosse detido, no banco de outra viatura.

“Apesar de o idoso ter saído de seu prédio com um canivete na mão e ter admitido que golpeou o motoboy, a Polícia Civil afirma que não se tratou de tentativa de homicídio e que a conduta de Silva não foi interpretada como legítima defesa”, registrou o site da GZH (23/2). Os dois envolvidos foram indiciados por lesão corporal. Silva também foi indiciado por desobediência, e



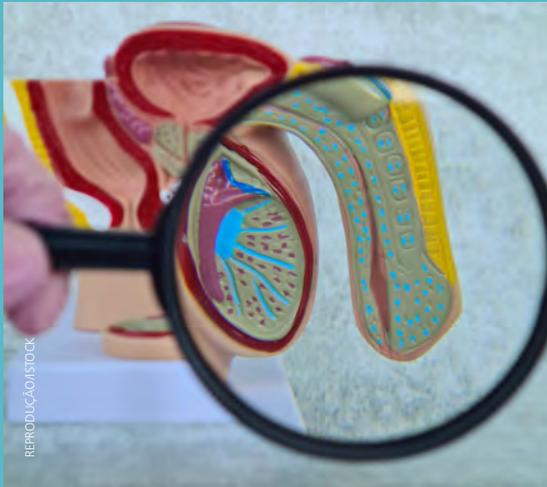
a sindicância da Brigada Militar indicou “que não houve excessos nem racismo por parte dos policiais militares que atenderam a ocorrência”, registrou a GZH.

Para o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, o caso demonstra a forma como o racismo perverte as instituições e, por consequência, seus agentes. “É preciso que as instituições passem a analisar de forma crítica o seu modo de funcionamento e aceitar que em uma sociedade em que o racismo é estrutural, medidas consistentes e constantes no campo da formação e das práticas de governança antirracista devem ser adotadas. Em outras palavras, é preciso aceitar críticas e passar a adotar medidas sérias de combate ao racismo em nível institucional”, postou o ministro, em sua conta no Instagram (18/2).

Daniel Alves é condenado por estupro

Preso preventivamente desde janeiro de 2023, o ex-jogador da Seleção Brasileira e do Barcelona, Daniel Alves, foi condenado pelo crime de agressão sexual, o equivalente a estupro no Brasil (BBC Brasil, 22/2), em julgamento realizado na Espanha, entre 5 e 7 de fevereiro. A sentença, anunciada em 22/2, foi de 4 anos e 6 meses de prisão e 5 anos de liberdade vigiada após o tempo de reclusão, além de 9 anos e seis meses sem poder se aproximar ou contatar a vítima.

A denunciante pedia uma pena de 12 anos de prisão, enquanto o Ministério Público espanhol pleiteava 9. Uma indenização voluntária de 150 mil euros (cerca de 800 mil reais) contribuiu com a redução da sentença. O valor destinado à vítima foi concedido pelo jogador Neymar, ex-companheiro de clube e seleção do acusado, sob a alegação dada por seu pai de “estar ajudando a um amigo” (GE.COM, 22/2).



Câncer causa amputação de pênis

Levantamento divulgado pela Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) em fevereiro mostra crescimento no número de casos de câncer de pênis no Brasil. Os números revelam cerca de 20 mil diagnósticos positivos entre 2012 e 2022, registrou a Agência Brasil (1/2). Deste total, quase 6 mil homens tiveram o pênis amputado pela gravidade da doença. Entre 2011 e 2021, a doença provocou mais de 4 mil mortes no Brasil.

No início de 2024, a SBU lançou campanha de esclarecimento que alerta sobre a importância do diagnóstico precoce e as consequências da falta de informação. Segundo os especialistas, quase todos os casos de amputações de pênis registrados no país são por conta de câncer, sendo

SINAIS

- Alterações na cor do pênis
- Espessamento da pele
- Nódulos ou úlceras que não cicatrizam
- Feridas com mau odor ou secreções

COMO PREVENIR

- Lavagem diária do pênis, com água e sabonete expondo a glândula completamente, no caso de homens não circuncidados e, sempre, após o contato sexual
- Evitar fatores de risco como tabagismo
- Prevenir-se contra infecções sexualmente transmissíveis
- Tomar a vacina contra o papilomavírus humano (HPV) — disponível no SUS para meninos e meninas entre 9 e 14 anos

Fonte: SBU

rara a ocorrência por outras causas, como acidentes. Vergonha e falta de acesso aos serviços de saúde são apontadas como causas de agravamento da doença.

Aumento de suicídio e automutilação no Brasil

A taxa de suicídio entre jovens brasileiros cresceu 6% ao ano, entre 2011 e 2022. Já as autolesões aumentaram 29% no mesmo período. Os números fazem parte de um estudo recentemente publicado na revista *The Lancet Regional Health — Americas*, desenvolvido pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia), em colaboração com pesquisadores de Harvard. Enquanto globalmente houve uma queda de 36% nos suicídios, as Américas tiveram um aumento de 17% entre 2000 e 2019 — com alta de 43% no Brasil, especificamente.



LEGAL OU NÃO O ABORTO ACONTECE

Como o movimento Nem Presa Nem Morta atua para mostrar que o aborto é questão de saúde pública e direito das mulheres, segundo a coordenadora Angela Freitas

LÍCIA OLIVEIRA

Nem Presa Nem Morta. A frase estampada nos lenços verdes, ao lado de um ramo de arruda, está nos blocos de Carnaval, na Conferência Nacional de Saúde, nos congressos de saúde coletiva, tremulando em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mulheres de diferentes idades, profissões e regiões do país se reuniram na campanha que leva este nome e defende a descriminalização do aborto no Brasil.

Elas não têm medo de dizer que o aborto é um tema para ser levado a sério — e deve ser encarado não só como questão de saúde pública, mas como um direito das mulheres e pessoas que gestam para decidir sobre seu próprio corpo. Portanto, essa também é uma discussão sobre liberdade e autonomia, o que se torna ainda mais difícil em uma conjuntura de avanço do conservadorismo e do fundamentalismo religioso. É o que ressalta uma das coordenadoras da campanha, Angela Freitas, ao lembrar que o aborto acontece, seja legalizado ou não. “Muitas mulheres irão buscar a interrupção [da gravidez], quer seja legal ou não, quer seja seguro ou não. Isso é um fato”, disse, em entrevista à Radis.

Um fato. Essa talvez seja a definição mais adequada para se referir à realidade do aborto entre as mulheres brasileiras. Um fato presente na vida de uma em cada sete brasileiras de até 40 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) 2021, que revelou que essa é a proporção de mulheres no Brasil que já realizou o

procedimento alguma vez na vida. Um fato que condena as mulheres a duas sentenças, expressas pelo próprio nome da campanha: ou à morte, com os riscos inerentes a um aborto inseguro; ou à prisão, por interromper uma gravidez indesejada.

Apesar da seriedade do assunto, as mulheres que integram o coletivo Nem Presa Nem Morta decidiram também utilizar estratégias lúdicas e criativas para dar visibilidade à pauta. Durante o Carnaval, elas se juntaram a diversos coletivos e ganharam as ruas para distribuir lenços verdes e adesivos, além de apoiar a campanha “Não é não”, contra o abuso e o feminicídio.

Em 2018, quando o movimento surgiu, por ocasião da audiência pública no STF sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, elas fizeram uso de telões, para transmitir as audiências no Festival pela Vida das Mulheres, que ocorreu em paralelo, em frente ao Museu da República, em Brasília. Também se mobilizaram quando finalmente, em setembro de 2023, foi apresentado o voto da ministra Rosa Weber, então presidente do Supremo, favorável à descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, conforme pede a ação.

A atuação do movimento pretende mostrar para a sociedade, pelo viés da comunicação e da educação, que o tema é urgente. Por que uma mulher que interrompe a gravidez pode ser condenada a uma pena maior do





Manifestação no 28 de Setembro de 2023 pelo Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto no Museu Nacional da República em Brasília (DF). Foto: Juliana Duarte.

que a de estupro, por exemplo? É o que ocorre com a venda ou o fornecimento do misoprostol (medicação utilizada mundialmente para aborto domiciliar). No Brasil, a venda desse medicamento está enquadrada no artigo 237 do Código Penal como crime contra a saúde pública desde 1998, com pena de 10 a 15 anos de prisão — enquanto a punição por estupro é de 6 a 10 anos. Por que morrer em decorrência das complicações de um aborto inseguro, se em muitos casos só há essa alternativa diante de uma gestação que não deveria ter ocorrido?

“Ninguém defende uma política de aborto e ponto”, aponta Angela. Ela lembra que todo o aborto é um evento triste, doloroso para a mulher; mas também, segundo ela, pode trazer alívio, diante de situações incontornáveis. Por isso, a campanha Nem Presa Nem Morta e todo o movimento de mulheres que lutam por esse direito defendem a liberalização do aborto acompanhada de educação sexual, oferta de métodos contraceptivos, garantia de acesso a saúde para todas as pessoas, com atenção ao pré-natal e parto, e oferta de creche. “É preciso que a gente torne o aborto raro com políticas que impeçam uma gravidez indesejada”, completa.

No contexto em que grupos ultraconservadores agem para dificultar o acesso ao procedimento mesmo nos casos em que ele é reconhecido por lei, o

movimento também já precisou sair em defesa do direito de meninas e mulheres a algo que já está previsto em lei, mas nem sempre é respeitado. No Brasil, o aborto é legal em três condições: o artigo 128 do Código Penal permite nos casos em que a gravidez traz riscos de vida à gestante ou foi resultado de um estupro; e, em 2012, o STF decidiu também que a gestação pode ser interrompida em situações em que o bebê é anencéfalo [má-formação do feto que inviabiliza a vida fora do útero]. Mesmo nestes casos, há forte pressão de grupos religiosos e políticos para que as mulheres não acessem o procedimento [Leia na página 17].

Seja nas ruas, em conferências, em lançamentos de filmes sobre a temática ou em debates públicos, o movimento está presente fornecendo material e esclarecendo dúvidas. A socióloga e comunicadora social Angela Freitas conta que luta pelo direito ao aborto desde o final da década de 1970. Ao longo dos anos, foi se engajando e ajudando a criar uma rede de parcerias e colaboração em torno do tema e dos direitos das mulheres. Em 2018, seu caminho se juntou ao de Laura Molinari, jovem comunicadora que também atua na questão. Com o festival Pela Vida das Mulheres, nasceu a campanha.

Nesta conversa com Radis, Angela aborda por que o tema do aborto ainda é um interdito no Brasil — e as razões pelas quais temos que falar sobre isso, sem medo e sem preconceitos.

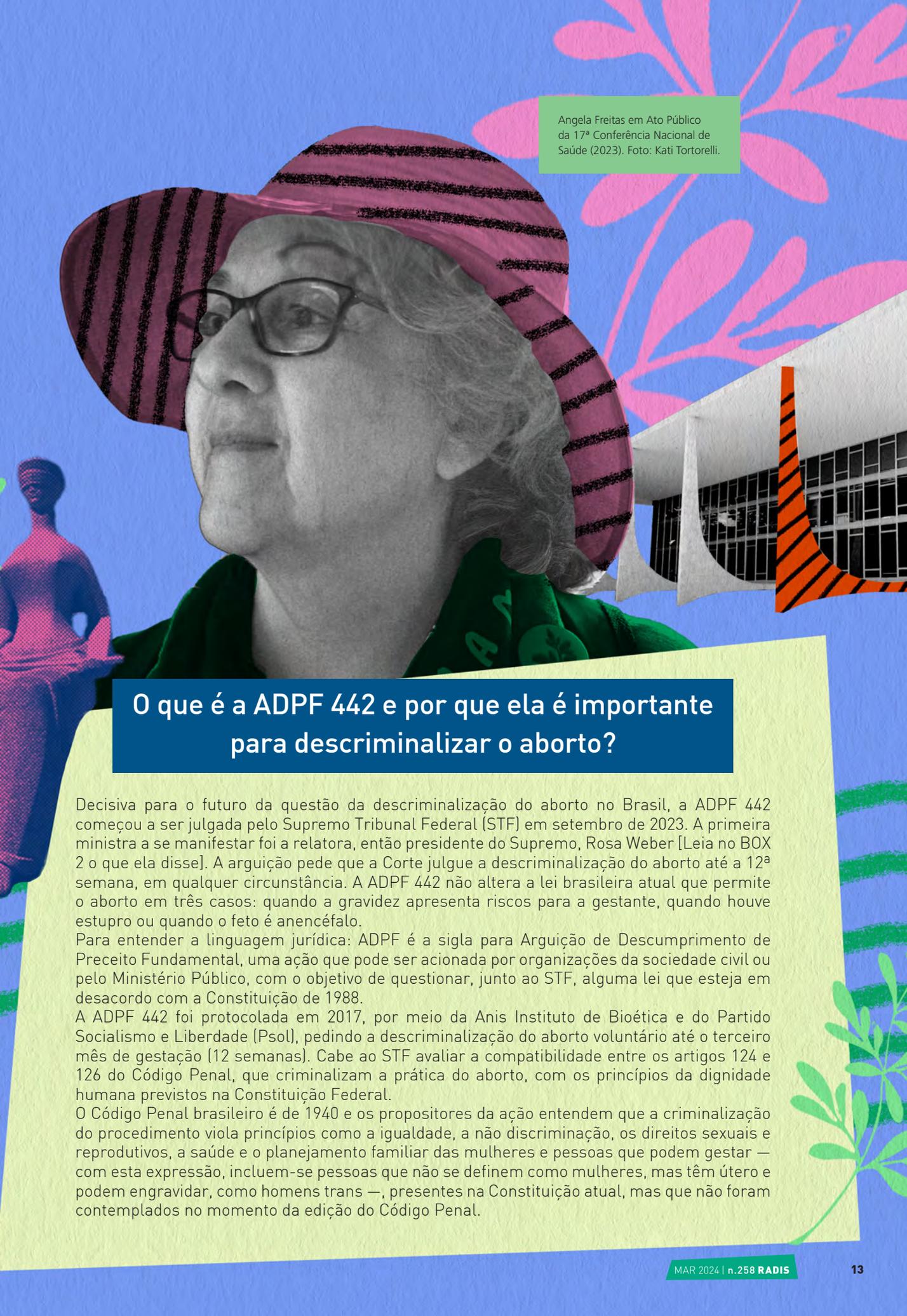
“O aborto é encarado como um tema que atrapalha e cria um ambiente desfavorável a outras pautas.”

Como surgiu o Nem Presa Nem Morta e como a sua trajetória está relacionada a essa campanha?

O Nem Presa, Nem Morta nasceu em 2018 por ocasião do Festival pela Vida das Mulheres, em Brasília, quando houve audiências públicas no STF sobre a ADPF 442 [Leia na página 13], uma arguição de preceito fundamental sobre a constitucionalidade da criminalização do aborto pelo Código Penal. Estou nesta luta pelo direito ao aborto desde o final da década de 1970. Tenho uma trajetória neste percurso com várias campanhas, materiais educativos e vídeos. Estava engajada nisso desde outras inserções em projetos com diversas parcerias e nisso o meu caminho se cruzou com o de Laura Molinari, uma jovem que naquele ano tinha se dedicado a uma campanha com mensagens contra uma Proposta de Emenda Constitucional [PEC 181/2015], que capciosamente revertia o texto constitucional para nele inserir o direito à vida desde a concepção. Na verdade, era como um Cavalo de Troia dentro de um projeto de lei sobre amamentação. Lá estava embutida essa proposta de direito à vida desde a concepção. E uma vez que a PEC fosse aprovada, poderia significar que nem os casos previstos poderiam continuar existindo, como a gravidez por estupro, quando há risco de morte para gestante e quando há anencefalia fetal. Havia grande mobilização em torno da defesa da ADPF 442, planejamos o festival em Brasília e criamos o slogan Nem Presa Nem Morta. O festival foi montado em frente ao Museu da República, próximo ao STF, e estivemos ali com várias tendas, um telão enorme que transmitia ao vivo as sessões da audiência pública no STF, já que na sala oficial o acesso do público era limitado. Promovemos uma campanha de comunicação e informação sobre o que estava se passando, para o público em geral.

Com o voto da ministra Rosa Weber pela descriminalização do aborto até a 12ª semana, em setembro de 2023, quais expectativas vocês tinham sobre a continuidade da votação?

Temos clareza de que é muito difícil, pela conjuntura que temos hoje no Brasil, que o STF abrace a questão com facilidade. Quando digo abraçar, me refiro a colocar em pauta mesmo. Há outros temas candentes que, podemos dizer, são inescapáveis. O aborto é encarado como um tema que atrapalha e cria um ambiente desfavorável a outras pautas. A gente tem como exemplo clássico que nas campanhas eleitorais, mesmo as candidaturas mais abertas aos direitos e aos princípios democráticos de liberdade, autonomia e decisão, evitam o tema sob o argumento de que não gera voto e atrapalha a campanha. O STF atravessa uma fase de desafio, em que vem sendo acusado de politização, ou seja, de querer invadir a prerrogativa do Congresso Nacional, que é a de legislar. Não é fácil tornar claro que, no caso da ADPF 442, não se trata de legislar, mas de considerar inconstitucional a lei que criminaliza o aborto. O STF está cumprindo seu papel, mas numa conjuntura como a que estamos, sua situação parece ser delicada, e o novo Presidente da casa, o ministro Luís Roberto Barroso, está preferindo adiar esta pauta, sob a alegação de que o tema não está suficientemente amadurecido na sociedade brasileira. Sabíamos que seria difícil com relação à ADPF 442. Confiávamos que a ministra Rosa Weber daria seu voto favorável, antes de se aposentar, como aconteceu. Foi feito de última hora e de tal forma que o voto ficasse mantido, como de fato aconteceu.



Angela Freitas em Ato Público da 17ª Conferência Nacional de Saúde (2023). Foto: Kati Tortorelli.

O que é a ADPF 442 e por que ela é importante para descriminalizar o aborto?

Decisiva para o futuro da questão da descriminalização do aborto no Brasil, a ADPF 442 começou a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2023. A primeira ministra a se manifestar foi a relatora, então presidente do Supremo, Rosa Weber [Leia no BOX 2 o que ela disse]. A arguição pede que a Corte julgue a descriminalização do aborto até a 12ª semana, em qualquer circunstância. A ADPF 442 não altera a lei brasileira atual que permite o aborto em três casos: quando a gravidez apresenta riscos para a gestante, quando houve estupro ou quando o feto é anencéfalo.

Para entender a linguagem jurídica: ADPF é a sigla para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, uma ação que pode ser acionada por organizações da sociedade civil ou pelo Ministério Público, com o objetivo de questionar, junto ao STF, alguma lei que esteja em desacordo com a Constituição de 1988.

A ADPF 442 foi protocolada em 2017, por meio da Anis Instituto de Bioética e do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), pedindo a descriminalização do aborto voluntário até o terceiro mês de gestação (12 semanas). Cabe ao STF avaliar a compatibilidade entre os artigos 124 e 126 do Código Penal, que criminalizam a prática do aborto, com os princípios da dignidade humana previstos na Constituição Federal.

O Código Penal brasileiro é de 1940 e os propositores da ação entendem que a criminalização do procedimento viola princípios como a igualdade, a não discriminação, os direitos sexuais e reprodutivos, a saúde e o planejamento familiar das mulheres e pessoas que podem gestar — com esta expressão, incluem-se pessoas que não se definem como mulheres, mas têm útero e podem engravidar, como homens trans —, presentes na Constituição atual, mas que não foram contemplados no momento da edição do Código Penal.

O que disse o voto de Rosa Weber

Em 22 de setembro de 2023, a então ministra e presidente do STF, Rosa Weber, trouxe o tema para votação e, em seu voto justificado em 129 páginas, declarou ser a favor da descriminalização do aborto até a 12ª semana conforme pedido pela ADPF 442. Pouco antes de se aposentar, ela deixou seu voto e agora cabe ao atual presidente do STF, Luís Roberto Barroso, colocar a pauta em destaque novamente.

Há cinco pontos considerados fundamentais na argumentação apresentada pela ex-ministra. Weber destacou a importância de se respeitar a autonomia da mulher e que a maternidade deve ser uma escolha e não uma imposição, assim como a continuidade ou não de uma gravidez. Outro ponto é o silenciamento histórico ao qual as mulheres foram submetidas. A ex-ministra posicionou que as mulheres não tiveram como participar da deliberação sobre o assunto.

A terceira chave é o aborto como questão de saúde pública: “A ilegalidade desse procedimento médico provoca a insegurança à qual a mulher é exposta, mais uma vez, frente às falhas estatais. Não por outro motivo, o aborto inseguro consta como uma das principais causas de impacto no delineamento sanitário do quadro da mortalidade materna”, expôs a ministra na ocasião.

Ela também questionou a criminalização, visto que a coerção penal não desestimula a decisão de interromper uma gravidez e não garante proteção ao nascituro (ou seja, aquele feto concebido, mas que ainda não nasceu) como a lei se propõe. Por fim, Rosa Weber destacou a importância de não se confundir a esfera moral privada com a esfera da moral pública, especialmente em relação a direitos fundamentais.

Angela Freitas e participantes de outros movimentos e coletivos feministas na Batucada Unificada Feminista, realizada em 24 de setembro de 2023 no Rio de Janeiro (RJ). Fotos: Kati Tortorelli.



“O perfil de quem aborta não é de mulheres que não tenham religião, que sejam irresponsáveis ou apenas jovens. São católicas, evangélicas ou de outras religiões, são mulheres casadas, que já têm filhos, que têm trabalho e família.”

O que falta para que a sociedade e os governantes entendam que o aborto é uma questão séria de saúde pública?

Diria que este entendimento existe na cabeça de várias pessoas, muitas também estão em lugares de poder. A questão é que a sociedade é múltipla, diversa. Não há um pensamento único. O pensamento contrário ao direito de decidir pelo aborto não só existe, como tem sido muito propagado, e as pessoas têm sido catequizadas, no sentido mesmo da palavra, por igrejas católicas e evangélicas fundamentalistas identificadas com a extrema-direita, ou seja, por segmentos que querem transformar suas crenças em leis para toda a sociedade. O Congresso hoje é claramente desfavorável, e a perspectiva religiosa está muito presente, num cenário cujas alianças são muito fortes com a extrema-direita. A ultradireita, nas temáticas mais candentes, tem o apoio dessa bancada religiosa e vice-versa. Há acordos políticos fortes que desfavorecem o entendimento de que, na vida cotidiana das mulheres, elas abortam independentemente da religião que tenham e da formação política. A Pesquisa Nacional do Aborto (PNA 2021) mostra isso. O perfil de quem aborta não é de mulheres que não tenham religião, que sejam irresponsáveis ou apenas jovens. São católicas, evangélicas ou de outras religiões, são mulheres casadas, que já têm filhos, que têm trabalho e família. E é uma disputa de corações e mentes.

Mesmo sendo uma sociedade tão diversa, o que é possível fazer para mudar este cenário?

A gente faz o que é possível no campo comunicacional. Essa é a missão da campanha Nem Presa Nem Morta. Buscamos transmitir nossas ideias a respeito do direito de decidir pelo aborto não só como questão de saúde pública, mas como de direitos que estão na Constituição mesmo: o direito à liberdade, à autonomia e o direito de não ser torturada. Enfim, existe toda a argumentação que está bem consolidada no voto da ministra Rosa Weber

sobre os direitos que a criminalização do aborto viola, da forma como vigora atualmente no Brasil [Leia na página 14]. O trabalho de comunicação também envolve combater as fake news a respeito. Dizer que descriminalizar e legalizar o aborto aumenta o número de procedimentos é uma declaração falsa. A gente tem os exemplos dos países que legalizaram e isso não aconteceu. No início sim, aumentam os registros. Quando é ilegal, acontece na clandestinidade e não há registro. Ninguém defende uma política de aborto e ponto. É uma política de direito ao aborto com educação sexual, com oferta de métodos contraceptivos, condições médicas de qualidade para todas as pessoas, com atenção ao pré-natal e parto, com creche, e, inclusive, o direito à interrupção da gravidez nos casos em que as pessoas que engravidam assim decidam.

Vemos cada vez mais ações para impedir ou dificultar o acesso ao aborto nos casos em que está previsto o direito à interrupção da gravidez. Como é a atuação de vocês em situações desse tipo?

Assim como há o lobby no Congresso em relação à defesa da vida desde a concepção, existe um lobby forte que ataca os serviços de aborto legal. Tanto que a gente tem hoje em dia, no STF, uma ADPF para garantir o direito ao aborto legal que é a ADPF 989, apresentada em 2022. Também existe a Lei 12.845, de 2013, que obriga os serviços a atenderem nos casos de aborto legal. Se essa ADPF precisa existir é porque o direito não está sendo garantido. Significa que algo está acontecendo na sociedade e houve a necessidade de se apresentar uma ação no Supremo para que um direito seja cumprido. E os casos crescem. Precisamos levar em conta os casos de mulheres que morrem por falta de acesso ao aborto legal, seja porque recorreram a um aborto clandestino perigoso ou porque a gravidez apresentava risco de vida e ela precisava interromper para salvar sua vida e não interrompeu. A gente tem clareza de que

A arruda e os lenços

Erva muito comum nos quintais brasileiros, a arruda foi escolhida como símbolo da campanha Nem Presa Nem Morta, porque a planta tem ação abortiva e era utilizada no passado como recurso caseiro para interromper gestações indesejadas ou que apresentavam risco. A escolha do símbolo é mais uma evidência de que o aborto é uma prática presente no Brasil, seja legalizado ou não — e, em condições ilegais e inseguras, aumenta o risco para as mulheres.

Como Angela Freitas explica, a adoção dos lenços verdes dialoga com os movimentos pela legalização do aborto na Argentina, na Colômbia e no Uruguai. “Adotamos para nos juntar ao que a gente chama de Maré Verde latino-americana e caribenha para tentar reverter as leis que são muito perversas em relação ao direito à interrupção da gravidez”, pontua.

são casos subnotificados ou notificados como outra causa de morte. E em relação à dificuldade nas situações em que o aborto é legalizado, tem aparecido casos muito emblemáticos.

Pode citar alguns exemplos em que vocês atuaram?

Vou citar dois casos em que a gente interveio. Um deles foi o caso de Alagoinhas, em Pernambuco, de 2009, em que uma menina de 9 anos, moradora do interior, engravidou de gêmeos, fruto de um estupro cometido pelo padrasto. A menina estava internada e o hospital estava protelando e, aparentemente, negando a interrupção da gravidez. O que fizemos na época foi entrar em contato com a mãe dessa menina, que era a responsável que estava com ela no hospital e entender que tanto ela quanto a menina queriam o aborto. As duas tinham o consenso e a consciência de que era o desejo de ambas. Conseguimos tirá-las daquele hospital e levá-las para outro. A menina conseguiu realizar o aborto, mas pessoas foram excomungadas pelo arcebispo local. Foi um escândalo. Já em 2020, houve um caso no Espírito Santo que ganhou nova proporção. Em uma cidade do litoral, mais afastada da Capital, uma menina também estava com dificuldades de acesso ao aborto legal. Inclusive, na época, a então ministra [da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos] Damarens Alves enviou pessoas do Ministério para influenciar localmente para que a menina não tivesse acesso ao aborto, para oferecer assistência à gravidez e ao parto e depois encaminhar a criança para adoção. Havia toda essa

articulação, mas ali houve uma postura mais positiva por parte da Justiça local, do governo do estado e do secretário da Saúde, que ultrapassaram essa barreira e trouxeram a menina para a Capital. Enfrentaram resistência nesse hospital da Capital, cuja equipe se negava a realizar o procedimento, pois àquela altura, a menina já estava com mais de 22 semanas de gravidez.

Por que isso aconteceu?

Existe uma Norma Técnica do Ministério da Saúde para que o aborto legal seja realizado até 22 semanas de gestação. Mas esta Norma não tem estatuto de lei. Na lei brasileira não existe esta limitação. Nesse caso, foi bem nítido que tratou-se de protelar a vontade da família e não havia justificativa para não fazer aquela interrupção. Diante da recusa no hospital, a menina foi levada para Pernambuco, às custas do governo estadual, para realizar o aborto. Já em um caso mais recente, em Tubarão (SC), houve grande disputa judicial. Este caso foi muito bem relatado pelo Portal Catarinas. A menina grávida e sua mãe foram constrangidas por uma entidade de caráter religioso antiaborto, e não sabemos exatamente como tiveram acesso às informações sobre a adolescente, pois a situação tramitava em sigilo na Justiça. O pai da adolescente, que não mantinha contato com a filha, entrou com um processo contra a mãe e a garota a ponto de elas se sentirem ameaçadas porque precisariam pagar uma multa de alto valor caso realizassem o aborto. E até mesmo o homem que teria praticado o estupro, responsável pela gravidez da jovem,

OCC
DA MULHER
A DEC

Manifestação pelo direito ao aborto durante o 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas da Saúde (CSHS), no Recife, em novembro de 2023. Fotos: Roan Nascimento



OR PO
HER
ISÃO
TAMBÉM



Aborto legal também sob ameaça

Mesmo nos casos em que o aborto é permitido por lei, as mulheres encontram dificuldades para acessar esse direito — seja pela pressão crescente de grupos religiosos e políticos conservadores, seja por desconhecimento e demora dos serviços de saúde. Meninas e mulheres que sofreram a violência do estupro, por exemplo, ou que têm o risco de morrer, passam então por uma segunda violação: a submissão a um longo processo para ter o direito garantido, além de sua própria vida.

Os casos são diversos — e frequentes, especialmente quando envolvem estupros de menores de idade ou pessoas com deficiência intelectual. Em Tubarão (SC), em 2023, uma adolescente de 14 anos vítima de estupro e sua mãe foram pressionadas a desistirem do procedimento por uma organização antiaborto chamada Rede Nacional em Defesa da Vida e da Família e por religiosos.

A mesma organização teria sido a responsável por contatar o pai da menina, com o qual ela não mantinha contato, e ele entrou com processo para impedir o aborto. Ao mesmo tempo, o próprio suspeito do estupro que resultou na gestação tentou entrar como parte interessada na não interrupção da gravidez. A situação somente foi resolvida ao chegar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando finalmente a menina conseguiu a autorização para realizar o aborto.

Se a justiça e o Estado agiram de forma rápida no caso de 2020, no Espírito Santo, em que uma menina de 10 anos precisou ser transferida para Pernambuco para a realização do procedimento, o mesmo não aconteceu em outra situação em Santa Catarina, em 2022. Neste outro episódio, houve atuação oposta da própria Justiça, em que a promotora Mirela Dutra Alberton e a juíza Joana Ribeiro teriam cometido várias irregularidades no caso de uma menina de 11 anos, que descobriu a gravidez com 22 semanas de gestação, e buscava a interrupção pela forma legal.

A criança não somente teve a autorização negada, como ainda foi colocada em um abrigo e separada de sua mãe. Em uma audiência, a juíza tentou induzi-la a levar a gravidez adiante, sendo que laudos do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apontavam para risco de morte da menina ou consequências irreversíveis (como a retirada do útero), caso a gestação não fosse interrompida.

O aborto foi realizado após enorme batalha judicial, mas não encerrou a história. A deputada estadual Ana Caroline Campagnolo, do PL (SC), requereu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e conseguiu o apoio de 21 dos 40 parlamentares da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O objetivo da CPI não previa questionar as ações da juíza e da promotora envolvidas, mas o trabalho jornalístico dos veículos Intercept e Portal Catarinas, que em reportagem conjunta denunciaram o caso pela primeira vez.

O relatório final desta CPI, de dezembro de 2022, ignora totalmente o Código Penal, tanto em relação ao aborto legalizado quanto ao artigo 217, sobre o estupro de vulnerável (quando há relação sexual ou outro ato libidinoso com menor de 14 anos), criminalizando tanto a realização do aborto como a divulgação do caso pelos veículos citados. Na época, entidades brasileiras e estrangeiras levaram a CPI à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

foi inserido como parte interessada na não interrupção da gestação. A batalha foi tão longa que chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Então, são sofisticações que esses casos ganham que, para nós que estávamos lá presentes, tentando ajudar, tanto nos casos anteriores como neste, o que fazemos também é facilitar o acesso ao direito, não apenas publicizar. [Leia sobre os casos na página 17].

O que pode ser feito para garantir às mulheres o direito de decidir sobre uma gravidez, especialmente àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade?

Já temos o respaldo legal em três casos específicos, como já citado, mas se essa lei não é cumprida e os serviços não funcionam, a gente age para publicizar as agressões ao que está na lei. A imprensa é muito importante, ao informar adequadamente. A gente faz um trabalho para criar consciência a respeito do tema. É o que chamamos de descriminalização social. Fica muito difícil quando nos deparamos com uma parte da imprensa que não colabora e não faz uma cobertura adequada, que minimiza a importância, assim como

há parte da imprensa que atua com falta de ética, com fake news, trazendo esta temática para o terreno do crime e do pecado. É importante que a sociedade abrace a causa, temos essa clareza e fazemos esse trabalho de formiguinha. Temos feito ao longo de décadas e a campanha Nem Presa Nem Morta abraça todas as parcerias de trabalho que temos, seja do campo jurídico, da Medicina, da Assistência Social, da Enfermagem, dos movimentos sociais. Tentamos trabalhar o tema junto à sociedade brasileira, de modo que as pessoas entendam que esse procedimento de interrupção de gravidez é um fato na vida das mulheres. E que não é um fato lindo, desejável, maravilhoso, como se fosse uma festa de aniversário. Não é. É triste, dramático, é difícil. É preciso que a gente torne o aborto raro com políticas que impeçam uma gravidez indesejada. A gente sabe que, em 100% dos casos, não vai ser possível evitar e que muitas mulheres irão buscar a interrupção, quer seja legal ou não, quer seja seguro ou não, isso é um fato. Ter a clareza disso é parte fundamental para criar um ambiente favorável à mudança da lei para que ocorra a total descriminalização. 

Ministério da Saúde volta atrás em nota sobre o aborto legal

Após a entrevista com Angela Freitas, ocorreu mais esse episódio. Diante de ataques e desinformação, o Ministério da Saúde (MS) suspendeu, de imediato, uma nota técnica sobre o aborto, que especifica o que está no Código Penal Brasileiro, de 1940. A Nota Técnica nº 2/2024, de 28 de fevereiro, retira a orientação, feita pelo governo do ex-presidente Bolsonaro, de que o aborto legal deve ser realizado somente até 21 semanas e 6 dias de gestação. O novo texto defende que, nos casos previstos em lei, não há limite gestacional para a interrupção.

Além disso, a nova nota técnica ressalta que os serviços de saúde devem garantir “esse direito de forma segura, íntegra e digna, oferecendo o devido cuidado às pessoas que buscam o acesso a esses serviços”. O documento, assinado pelo secretário de Atenção Primária à Saúde, Felipe Proença de Oliveira, e pelo secretário de Atenção Especializada à Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Junior, também anula a cartilha lançada pelo Ministério da Saúde durante o governo anterior, intitulada “Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento”. Neste documento, estava escrito que “todo aborto é crime” — o que não é verdade — e deveria passar por investigação policial.

No entanto, a ministra Nísia Trindade decidiu suspender a nota no dia 29/02. Segundo a assessoria do MS, ela tomou conhecimento da publicação enquanto cumpria agenda em Boa Vista (RR), e o documento ainda não teria passado por todas as esferas do ministério, nem pela consultoria jurídica da pasta.



Coordenadoras da campanha Nem Presa Nem Morta com integrantes da equipe e parceiras, no Festival WOW (Rio de Janeiro/ 2023). Da esquerda para a direita: Angela Freitas, Helena Bertho, Rebeca Mendes, Laura Molinari, Bibiana Serpa, Nara Menezes. Foto: Amara Barroso.

Radis 191 e a audiência pública no STF sobre a ADPF 442

A matéria de capa de Radis 191 (agosto de 2018) destacou a importância da audiência pública no STF sobre a ADPF 442 no debate sobre a descriminalização do aborto. Também trouxe resultados da Pesquisa Nacional do Aborto de 2016.

Aborto no Brasil

- * 1 em cada 7 mulheres já passou por um aborto no Brasil, aos 40 anos
- * 52% tinham 19 anos ou menos quando fizeram o primeiro aborto; 32% entre 20 e 29 anos; e 7% entre 30 e 39
- * 6% eram meninas entre 12 e 14 anos: praticar sexo ou atos libidinosos com menor de 14 anos é considerado crime de estupro de vulnerável, independentemente se houve consentimento
- * Taxas mais altas foram detectadas entre as entrevistadas com menor escolaridade, negras e indígenas e residentes em regiões mais pobres
- * 43% das mulheres que abortaram precisaram ser hospitalizadas
- * O estudo ouviu 2 mil mulheres em 125 municípios e foi coordenado pela antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB), Débora Diniz; pelo professor visitante da Columbia University, Marcelo Medeiros; e pelo professor da Universidade Estadual do Piauí, Alberto Madeiro

Fonte: Pesquisa Nacional do Aborto 2021

Janielle e o filho José Neto foram acolhidos na Casa de Maria enquanto esperavam o transporte de volta para casa.



MELHOR EM CASA

Em Caruaru (PE), Casa de Maria oferece apoio e atenção humanizada a puérperas, recém-nascidos e gestantes do pré-natal de alto risco

LISEANE MOROSINI

Com 37 semanas de gestação, Janielle Sobral Alexandre procurou atendimento no Hospital Nair Alves Raimundo, de Cachoeirinha, em Pernambuco, onde mora, por sentir dores. De lá, a gestante foi transferida para a maternidade do Hospital Regional Jesus Nazareno (HRJN), em Caruaru, no Agreste pernambucano, distante 36 quilômetros. Em 21 de janeiro, ela deu à luz José Neto, com 2,8 quilos e nascido de parto normal. Três dias depois, a mãe e o bebê foram levados pela equipe técnica para a Casa de Maria, uma casa de apoio que recebe gestantes e puérperas que têm alta do HRJN e precisam esperar pelo momento em que irão de volta para casa.

Janielle estava à vontade quando contou à Radis que o silêncio e a tranquilidade da Casa de Maria são importantes para as mães que tiveram um parto recente. A seu lado, José Neto dormia no bercinho e ela, atenta, observava se tudo estava bem. “Aqui é diferente. Na enfermaria é bom, mas é mais tumultuado. Aqui é mais tranquilo, mais calmo. A gente está se sentindo em casa”, reforçou. Ela foi mais uma puérpera acolhida pela Casa de Maria e faz parte do total de 400 mulheres que, desde novembro de 2023, de alguma forma utilizaram as instalações deste equipamento oferecido pelo HJRN.

As mulheres que mais frequentam o hospital vêm de municípios vizinhos, mas há casos de algumas que saem de cidades situadas a mais de 280km para dar à luz ou comparecer a uma consulta. Elas precisam de um lugar para ficar e são encaminhadas para a Casa de Maria. O HRJN é referência secundária para gestação de alto risco para 90 municípios de Pernambuco, onde estão incluídas as microrregiões de Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Garanhuns e Caruaru, abrangendo uma população de cerca de 2,5 milhões de habitantes.

Segundo o diretor Dayvid Epifânio, no mês de dezembro de 2023, a maternidade do Hospital Jesus Nazareno realizou o maior número de partos do Estado (586), sendo boa parte deles de alto risco. “A estratégia de saúde é centralizar e depois viabilizar o acesso e a acessibilidade das pacientes”, diz o sanitário, que assumiu a direção-geral em junho.

Quando chegam na casa de apoio, as puérperas são acolhidas, recebem alimentação e usufruem de um espaço diferente de uma maternidade. É uma casa e, ali, elas têm

acesso à equipe do banco de leite, da fonoaudiologia, do serviço social, entre outras, como formas de cuidado integral à saúde. “O serviço social entra muito forte na garantia dos direitos, especialmente se a mulher for agricultora. Vamos ter apoio nutricional em breve”, anunciou Dayvid.

CASA DE APOIO

A Casa de Maria foi requalificada em outubro de 2023, com financiamento do Ministério da Saúde. Depois de dois meses de obras, o equipamento foi reaberto. Há quatro quartos, com 10 camas e seis berços, banheiro, cozinha e área de convivência, e um quarto destinado para a plantonista. Um cronograma estabelece as atividades e apenas mulheres trabalham na casa, inclusive na equipe de vigilantes. Uma assistente social e uma técnica de enfermagem acompanham o trabalho de forma permanente.

No jardim externo há planos para instalar uma horta que vai promover saúde para as mulheres. Haverá, ainda, um espaço para recreação e lazer. “Não é só reformar, mas qualificar e entregar um ambiente humanizado. É ter uma programação para que as puérperas e as gestantes, inclusive do pré-natal de alto risco, e as mães que estão com os recém-nascidos internados, encontrem uma casa de acolhimento às pacientes do SUS”, disse Dayvid.

Clarice da Conceição Sousa, mãe de Maria Helena, ficou uma semana internada após o nascimento da filha, em 19 de janeiro, e chegou à casa de apoio quando Radis foi conhecer o serviço, no fim de janeiro. A costureira passou o dia no local esperando o transporte do município de Santa Maria do Cambucá, distante 69 quilômetros de Caruaru, programado para o final da tarde. “No hospital é muito barulho por conta dos bebês e dos acompanhantes que ficam no corredor. Aqui é mais calmo”, afirmou. A seu lado, Maria de Lourdes da Conceição Silva, sua tia, disse que também se sentiu acolhida. “É como se a gente estivesse em casa”, afirmou.

TRABALHO CONJUNTO

José Moreira Neto ficou impactado com as condições que encontrou ao assumir a coordenação administrativa do equipamento. “Não era possível que fosse aquilo chamado



ANDREZA FERREIRA

ANDREZA FERREIRA

Janielle e Clarice, puérperas, e Maria de Lourdes, acompanhante: silêncio do local, estrutura e acolhimento dos profissionais fazem a diferença da Casa de Maria.

de casa de apoio. Encontrei condições sub-humanas, com mulheres fragilizadas dormindo em um ambiente sujo, com muita poeira. Elas dividiam o espaço com um depósito de colchões e arquivos”, lembrou o coordenador.

O desafio, para ele, ia além da requalificação física do espaço, que em sua avaliação tem uma boa infraestrutura. Ele contou que era preciso fazer com que a Casa “continuasse a andar” e avaliou que a participação da equipe foi fundamental nesse processo. “Todo mundo levantou a bandeira do cuidado com a Casa de Maria”, destacou.

Zenilda Pedrosa, cuidadora e técnica de enfermagem, lembrou à Radis que, antes, a Casa de Maria funcionava apenas no horário noturno. As mães que tinham alta ficavam numa saleta, no hospital, à espera do transporte de retorno. Com a requalificação, hoje o atendimento é 24 horas. Zenilda cita que foi um ganho a presença permanente da equipe técnica para detectar qualquer intercorrência. “Tem o nosso olhar crítico. Sempre estamos presentes”, afirmou.

Além das puérperas, a Casa de Maria acolhe também mães com recém-nascidos internados na unidade de cuidados intermediários (UCI). “A gente preconiza a portaria ministerial que determina que o pai e a mãe não são acompanhantes, eles são integrantes da família. E assim eles têm acesso livre à UCI quando quiserem”, diz Dayvid. Segundo o diretor, enquanto seus bebês estão internados, as mães encontram na Casa de Maria um espaço de proteção e assistência. Ele avalia que todo resultado é fruto do planejamento participativo e de um modelo de gestão da equipe

multiprofissional que trabalha em sintonia com o núcleo gestor. “Até porque ninguém faz nada sozinho”, sinalizou.

OUTROS PROGRAMAS

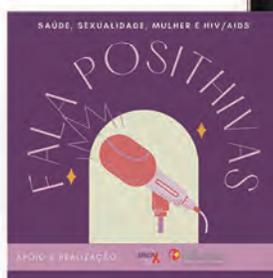
Fundado em 1948, o HRJN possui 120 leitos e integra o quadro de hospitais Amigo da Criança, cumprindo todos os passos estabelecidos pelo Ministério da Saúde sobre aleitamento materno. Entre os programas desenvolvidos no HJRN está o Mãe Canguru, que existe na maternidade há mais de 19 anos e tem como objetivo reduzir a mortalidade neonatal. Mesmo depois que o método deixa de ser usado, mãe e filho são acompanhados por até 5 anos pela equipe do hospital, se necessário.

Já o Banco de Leite Humano, destinado aos bebês nascidos apenas no HRJN, foi implantado no fim de 2007, para atender recém-nascidos prematuros de baixo peso, com problemas gastrointestinais ou com outras indicações a critério da equipe médica. Segundo dados da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (RBLH), em 2023, o BLH do Jesus Nazareno atendeu individualmente 21 mil mulheres e, em grupo, cerca de 700. Ainda, coletou quase 416 litros de leite de 413 doadoras e distribuiu 338 litros de leite humano pasteurizado.

Em 2025, os serviços do HRJN vão passar a ser oferecidos no novo Hospital da Mulher do Agreste (HMA), que segue em construção em Caruaru, com previsão de entrega nos próximos meses. Com o novo Hospital da Mulher do Agreste, a região terá um incremento na assistência materno-infantil, com 186 leitos, e a Casa de Maria continuará como equipamento de acolhimento e apoio. 

A VIDA COM HIV COMO ELA É

Baseado em histórias reais, podcast mergulha no universo de mulheres que vivem com HIV



ANA CLÁUDIA PERES

Cinco mulheres conversam descontraidamente. Barulhos de xícara. O som da chuva. Burburinho. Passos na escada. Quase se pode sentir o cheiro do bolo de fubá e do café coado que uma delas oferece às demais. Não precisa de muito esforço para imaginar a cena que chega pelas ondas sonoras. Daqui a pouco, o bate-papo vai entrar em um terreno delicado. Ouve-se um choro contido — às vezes, um pranto. Uma voz suave. O silêncio.

A essa altura, o ouvinte já foi apresentado a Regina, Rosa, Graça, Benê e Malu, personagens do podcast No Ar: PositHIVas na Prevenção, uma produção do Movimento Nacional das Cidadãs PositHIVas (MNCP) — rede criada para fortalecer mulheres que vivem com HIV e aids, que já foi tema de reportagem de Radis 231. Em quatro episódios de cerca de 20 minutos cada, a série mergulha no cotidiano dessas mulheres, como se estivéssemos em uma roda de conversa.

Longe da opção mais tradicional de entrevistas ou mesas redondas, o podcast aposta no formato narrativo, semelhante ao de uma radionovela, para tratar das vidas por trás de um dado real. No Brasil, estima-se que, atualmente, um milhão de pessoas vivam com HIV. Desse total, 350 mil são mulheres. Diga-se que, considerando o sexo atribuído no nascimento, as mulheres apresentam piores desfechos em todas as etapas do cuidado.

Vá contando: enquanto 92% dos homens estão diagnosticados, apenas 86% das mulheres possuem diagnóstico; entre os homens, 82% recebem tratamento antirretroviral, o número de mulheres em tratamento não passa de 79%; além disso, 96% dos homens estão com a carga viral suprimida

— quando o risco de transmitir o vírus é igual a zero — mas o número fica em 94% entre as mulheres. Esses são dados do Relatório de Monitoramento Clínico do HIV, divulgados pelo Ministério da Saúde em dezembro de 2023.

Idealizado para chegar em regiões onde a informação por vezes não chega, a radionovela está disponível no site do MNCP e na plataforma de streaming Spotify, e pode ser utilizada também como instrumento para profissionais de saúde, movimentos sociais e lideranças dialogarem sobre os temas propostos. “A maior arma contra o preconceito é a informação”, disse a coordenadora do projeto, Renata Soares, em live de lançamento do projeto, transmitida pela Agência Aids.

A linguagem do podcast é simples — e esse é mais um mérito do roteiro assinado por Etel Frota, baseado em histórias reais. Coube à escritora e roteirista costurar centenas de depoimentos que chegaram às redes sociais do MNCP, atendendo a uma convocação do projeto, para construir a identidade das personagens.

Na ficção, as cinco mulheres que vivem com o HIV reúnem-se semanalmente e, sob a batuta de uma delas, falam sobre diagnóstico, transmissão vertical, prevenção, preconceito, discriminação, autocuidado, acolhimento, políticas públicas, os serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde e as opções de tratamento. Os encontros podem acontecer na casa de uma delas ou na antessala de um consultório médico e, embora cada episódio seja centrado na biografia de uma personagem, as histórias se cruzam ao longo da temporada.

Equipe de produção e elenco durante um dos encontros online para gravação do podcast

REGINA

Bem-humorada, generosa, dona de si, Regina é a mais experiente do grupo. Tem sempre algo a dizer. É dela o sonho narrado na abertura do episódio de estreia de *No Ar: PositHIVas na Prevenção*. Tinha apenas 24 anos quando contraiu o vírus depois que o parceiro, numa relação sexual, retirou o preservativo sem o seu consentimento — atitude que tem nome, o *stealth*, ela saberia depois, e configura abuso sexual. Ele era o seu segundo namorado.

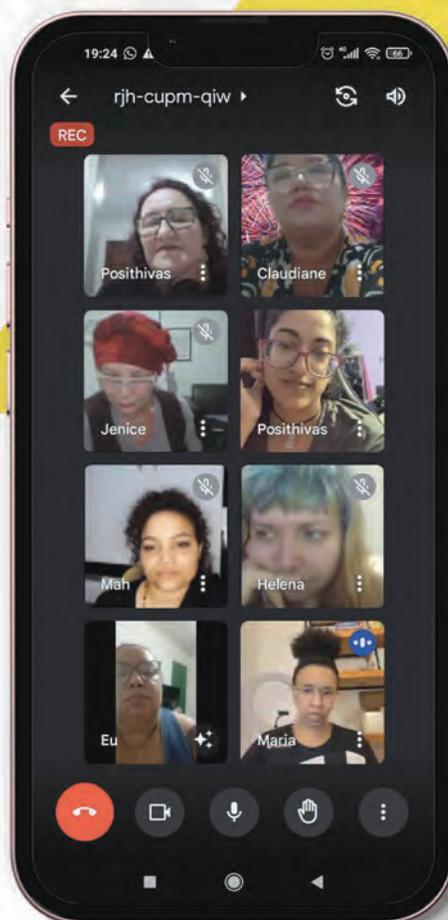
Numa época em que a aids era considerada uma sentença de morte, ela enfrentou muitos rótulos. Foi taxada de promíscua e teve de lidar com a vergonha, a culpa, as reações hostis e a falta de forças para continuar. Superado o estado de choque inicial, tomou coquetéis e assistiu à chegada dos antirretrovirais.

Na atualidade, às vésperas dos 50 anos, Regina relembra o momento em que, ao se deparar com o resultado dos exames, desacreditou de Deus e se perguntou: “Por que eu?”. Agora, ela já sabe que procurar a resposta é um desperdício de energia. Em vez disso, faz questão de compartilhar o passo a passo de sua jornada como uma forma de ajudar quem está vivendo experiência parecida.

GRAÇA

Graça faz graça. A mais desbocada das cinco mulheres é piadista e provoca risada, até nos momentos menos divertidos. É ela quem puxa o fio da meada no segundo episódio do podcast e conta a sua história sob o pretexto de falar ao ouvinte sobre a transmissão vertical — principal via de infecção pelo HIV na população infantil, quando o vírus é transmitido da mãe para filho. No Brasil, essa forma de transmissão tem sido responsável por cerca de 90% dos casos notificados de aids em menores de 13 anos.

Graça nasceu com o vírus, 26 anos atrás. O diagnóstico precoce e o tratamento adequado lhe garantiram uma vida sem sobressaltos. Ela está sempre em busca de informação sobre a doença que levou seu pai a óbito. É ela quem apresenta ao grupo uma publicação do Ministério da Saúde com recomendações a serem seguidas pelas equipes multiprofissionais no cuidado integral às pessoas que vivem com HIV — um manual a que ela sempre recorre.



ROSA

Ingênua, a novata do grupo é Rosa, mãe de primeira viagem, que carrega uma culpa que não lhe cabe e muitas perguntas que ela nem tem coragem de fazer. Neste episódio, um dos mais impactantes da radionovela, o grupo de mulheres se encontra na rua, em frente a um Centro de Testagem e Atendimento (CTA), onde Rosa busca o resultado dos exames da filha, de pouco mais de um ano.

Enquanto aguardam, entre soluços, ela conta sua saga de violência doméstica, a fuga da comunidade ribeirinha onde morava, desnorteada, grávida e com um teste de HIV positivo — uma realidade não muito diferente daquela vivida por muitas mulheres no Brasil. Na cidade grande, Rosa passa a morar em uma ocupação. Com a ajuda do grupo de mulheres, decide enfrentar seus fantasmas. Precisa saber se a filha também tem o vírus.

A atriz que dá vida à Rosa é Maíra Fernanda, uma jovem mulher de 35 anos, que vive com HIV desde os 20. Assim como a personagem que ela interpreta, Maíra também é mãe. “Fiquei muito feliz que pude levar a maternidade para a radionovela”, disse, na live de lançamento do podcast. “Durante todo o meu processo de gestação e parto, fui acompanhada por uma equipe maravilhosa e me mantive indetectável. Meu filho não tem o vírus”.

PARA OUVIR

No Ar: PositHIVas na Prevenção.

Radionovela em 4 capítulos que pode ser acessada por meio da página do MNCP (www.mncp.org.br) ou via Spotify (<https://bit.ly/podcastmulherespositivas>). Em breve, nas rádios comunitárias e demais rádios que abrirem espaço para veiculação da produção.

BENÊ

É negra a Benê. No quarto e último encontro da temporada, enquanto o podcast revisita os temas tratados anteriormente, o ouvinte vai descobrir que a vida da professora Benê é marcada por um duplo preconceito. Depois de superar uma vida de luta contra o racismo, ela enfrentou uma segunda batalha. Infectada com o HIV pelo marido, muita gente passou a lhe olhar torto.

No Brasil, a aids ainda mata mais pessoas negras do que brancas. Segundo o boletim epidemiológico de 2023, houve aumento de casos entre pretos e pardos, representando mais da metade das ocorrências desde 2015.

Para Benê, a segregação não era uma escolha. Mãe de dois filhos, ela decidiu que era hora de dar a volta por cima. Começou de novo. Namorou. Conheceu outro companheiro com quem agora forma um casal sorodiferente — mais uma palavra para o glossário de termos apresentados pelo podcast: um casal sorodiferente (ou sorodiscordante) é aquele formado por uma pessoa que vive com HIV e outra pessoa que não vive com HIV.

MALU (A MEDIADORA)

A travesti Malu não ganhou um episódio — quem sabe em uma próxima temporada, já que o MNCP pretende dar continuidade ao podcast. A propósito, em março, foram gravados dois episódios que devem estar disponíveis em breve tratando especificamente da sífilis.

Cabe a Malu costurar todas as histórias, como uma espécie de irmã mais velha do grupo. Na trama, ela é vivida pela atriz Helena Agalenéa. Também travesti, escritora, bacharel em artes cênicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e militante da causa LGBTQIA+ há pelo menos uma década, ela se emocionou ao lembrar das gravações dos episódios. “Com a radionovela, aprendi a ver esse assunto por vários ângulos”, disse, durante o lançamento. “Além de ser uma possibilidade de pensar diferentes Brasis dentro do Brasil”. 



FICHA TÉCNICA

Produção e assessoria de conteúdo:

Movimento Nacional das Cidadãs PositHIVas (MNCP) com apoio do Fundo Positivo

Roteiro:

Etel Frota

Trilha Musical:

Felipe Radicetti (composição e execução)

Vozes:

Helena Agalenéa (Malu), Lêda Maria (Regina), Maria Bia (Graça), Maira Magalhães (Rosa), Renata Souza (Benê) e Emília Ferreira (canta ao final de cada capítulo)

Leia mais sobre o Movimento Nacional das Cidadãs Positivas (MNCP) na Radis 231 (dezembro de 2021):



A TERRA É FEMININA

Experiências de hortas urbanas e de agricultoras familiares reafirmam que mulheres são protagonistas na agroecologia

GIOVANNA GARCIA*

A HORTA DA ALÊ

Na ocupação Paulo Freire em Belo Horizonte, mais especificamente na rua Selma Bandeira, o som de reggae ecoa por todo o quarteirão. É da horta de Alexandra Assis de onde vem a música: quem chega, percebe também o cheiro de terra molhada e o barulho dos pássaros. A horta que hoje conta com plantação de tomate, alface e cenoura já foi um espaço de bota-fora. Alexandra Assis, de 48 anos e moradora da ocupação, foi a responsável por dar vida a esse lugar durante a pandemia.

“Aqui dentro da comunidade tinha um espaço que ficava jogado. O pessoal estava usando de bota-fora e aquilo estava me incomodando, porque moro bem perto. Foi quando tive a iniciativa de fazer a horta”, relembra. Ela conta que, no início, o espaço estava tomado por lixo — foram retiradas quatro caçambas. “Vendi parte do lixo, como ferro e alumínio, e consegui dinheiro para comprar minhas primeiras mudas”.

A horta não é muito grande em tamanho, mas de aconchego e amor ela é gigante. Alê, como é chamada carinhosamente, sempre plantou e esteve em contato com a terra, mesmo antes de cultivar sua própria plantação. Ela diz que herdou essa prática de sua avó, quando ainda era “o grude da vovó”.

Ela começou plantando na laje de sua casa e conta que tinha de tudo. A agricultora é formada em Administração e trabalhava, antes da pandemia, em um hospital como cuidadora de idosos, mas optou por sair do trabalho por conta dos riscos da covid-19. Foi nesse período que a agroecologia mudou sua vida.

“Quando comecei na horta, estava muito deprimida. Estava entrando naqueles remédinhos para isso e para aquilo. Eu mexia com minhas plantas aqui em casa, mas faltava alguma coisa. E a horta veio e preencheu, sabe?”, relata Alexandra. Com pouco tempo de horta, o médico suspendeu os seus remédios, ela conta. “Hoje eu digo que não sei fazer outra coisa, é o lugar que me faz bem. A agroecologia foi um divisor de águas na minha vida”.

Hoje a horta promove mutirões, em que pessoas de outros locais vêm ajudar e trabalhar naquele espaço. No entanto, quando foi idealizada, o objetivo era trabalhar com as mães solo da comunidade, mas Alê diz que não conseguiu a adesão de muitas mulheres do local. A partir disso, ela mergulhou na militância e passou a lutar pela agroecologia como uma causa feminista.

“Agroecologia é sensibilidade, é sentimento. Sem feminismo, não há agroecologia. A maioria das hortas que eu acompanho são cultivadas por mulheres: são mulheres maduras que estão ali lutando com sede de justiça para aprender e levar adiante o cultivo. Muitas têm consciência da alimentação saudável e trazem vários testemunhos de que a vida melhorou quando foram para a horta”, ressalta.

Alê participa de feiras aos sábados e vende plantas ornamentais e medicinais na rua. Foi com o curso Trilhas da Agroecologia, oferecido pelo Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Mercado da Lagoinha (Cresan), que ela se apaixonou pela agroecologia e entendeu o seu impacto na sociedade — e na vida das mulheres. O Cresan é um equipamento da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Susan), financiado pela Prefeitura de Belo Horizonte.

“Durante a semana, o que aprendia no curso eu aplicava na horta”, conta. E ela não encerrou os estudos por aí: procurou se especializar mais, com cursos sobre Agricultura Orgânica e Agente em Agroecologia, e hoje também atua oferecendo oficinas no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de sua comunidade. Também integra a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

AMOR PELA TERRA

Alexandra não foi a única que deu os primeiros passos no curso Trilhas da Agroecologia em Belo Horizonte. Marcilene Dias, amiga de Alê, procurou a capacitação para se especializar em algo que ela ama: cuidar da terra.



Alexandra Assis plantando em sua horta na Ocupação Paulo Freire em Belo Horizonte.



Marcilene Dias participou do 12º Congresso de Agroecologia, no Rio de Janeiro, com a venda de geleias e antepastos.



Produtos agroecológicos, entre eles alface e tomate, plantados na horta de Alê.

“Eu sou uma produtora na minha casa: produzo naquelas caixas de isopor para meu consumo próprio. Sempre produzi sem agrotóxico”, conta à Radis. Seu sonho é ter a própria horta em seu bairro, porém ainda não conseguiu encontrar um cantinho ideal. Por isso, começou a ajudar na horta da Alê. “Eu me apaixonei de primeira, porque o terreno dela é maravilhoso. A horta dela dentro da ocupação é tudo aquilo que eu gosto e que eu defendo”, afirma Marcilene.

Ela conheceu a horta na Ocupação Paulo Freire ao participar dos mutirões. “A gente ama o que faz: tirar o alimento da terra sem agrotóxico, sem veneno. Isso é muito satisfatório. Hoje eu estava comendo minha alface, plantada com as minhas mãos”, ressalta. Moradora de um bairro a 15 minutos de distância, ela diz que, quando faz feiras aos sábados, consegue tirar os lucros para subsidiar parte da passagem. Porém, segundo ela, tudo vale a pena. “A gente tem que matar um leão por dia”.

Cozinheira por aptidão, Marcilene transforma o que é plantado na horta de Alê em diversos produtos, como conservas e geleias — tudo o que seja possível vender nas feiras e ajudar o grupo financeiramente. Afinal, ela diz, não

é fácil obter lucros e conviver com a concorrência desleal de grandes mercados.

Viver da agroecologia ainda é um sonho, que para Marcilene só seria possível quando ela se aposentasse. Ela tem duas filhas que precisam de ajuda e apoio financeiro, e o dinheiro que ganha com a terra não é capaz de suprir. Na sua opinião, alguém que se mantém apenas trabalhando com a terra, precisa ter um terreno grande, com muita produção. Ainda assim, ela diz que planta por amor.

Marcilene conta que, no dia a dia, observa como as próprias plantas cooperam entre si — “uma dá força para a outra”. “A gente tem muita flor, porque a flor atrai borboleta e a borboleta não vai na planta. Se a gente planta morango, plantamos junto com orégano, para que a praga não chegue até o morango. Na agroecologia, as plantas se protegem”, diz.

Segundo ela, a agroecologia ajuda a observar o desequilíbrio do meio ambiente causado pelo ser humano. “Na floresta, ninguém precisa botar veneno para combater nada. A floresta nos ensina que as próprias plantas que caem viram cobertura de solo e adubo. Precisamos apenas ‘copiar’ a mãe natureza”, pontua.



Maria Ivete Bastos dos Santos torrando farinha de mandioca em sua comunidade Dourado no Pará.

Para Marcilene, as mulheres têm um papel fundamental na dinâmica de preservação. “A mulher tem esse lugar de olhar, de cuidar, de proteger. Por isso que sem feminismo não há agroecologia, porque a mulher tem um olhar refinado para o dia a dia”, completa.

TRADIÇÃO FAMILIAR

Cultivar a terra e respeitar a floresta é tradição na família de Maria Ivete Bastos dos Santos, moradora de uma comunidade tradicional chamada Dourado, em Santarém, no Pará. Ela conta que, na roça, faz todos os tipos de trabalhos manuais, como sua mãe e avó faziam. O forte de sua família é a fruticultura, plantando laranja, manga, limão, ata [conhecida também como pinha] e pupunha. Em seu terreno, de cerca



8 hectares, ela cria galinha, produz farinha de mandioca e cultiva para subsistência.

A comunidade ribeirinha de Dourado tem cerca de 50 famílias agricultoras, mas existem outras comunidades próximas com mais de 100 famílias, plantando para se alimentar. A maioria dos homens na região são pescadores. Já as mulheres cuidam da plantação e da terra — e vivenciam a agroecologia como prática cotidiana.

“Alguns pensam que agroecologia é somente não utilizar veneno e agrotóxico. É muito mais que isso. É a vivência, a harmonia, a convivência com a comunidade, com as comadres, as crianças e os animais. É olhar para esses recursos e ver que são muito importantes para a nossa vida”, reflete. “Eu só sou feliz quando pego na terra e sinto o cheiro da floresta. Eu me sinto gente.”

Ivete luta todos os dias para manter sua comunidade e seus ideais vivos. Atualmente, ela é presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém, no oeste do Pará. Já presidiu o sindicato entre 2002 e 2008 e integrou a Câmara de Vereadores. Durante 10 anos, viveu sob proteção de escolta policial, após ser ameaçada por grandes agropecuaristas que ela denunciava, mas nunca desistiu.

Segundo ela, as lutas são diversas, em defesa dos territórios, dos povos, da Amazônia e da mulher. “A gente sempre carregou a bandeira de luta pelos direitos, pela reforma agrária, saúde e educação. A gente tem lutado para que as políticas públicas cheguem aos territórios”, afirma.

CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

As cadernetas agroecológicas são um instrumento de organização e resistência feminina, utilizadas pelas mulheres agricultoras para anotar dados do dia a dia da produção. Elas se baseiam em uma metodologia de monitoramento da renda das mulheres camponesas e permitem que registrem produção, consumo, venda, troca e doação.

Por meio dessa caderneta, é visualizado o valor gerado pela agricultura familiar produzida pelas mulheres, mesmo que no final nem sempre se converta em dinheiro físico.

Além disso, as cadernetas ajudam a reafirmar o protagonismo das mulheres na segurança alimentar e reconhecê-las como agentes econômicos. Foram criadas, em 2011, pela



Alê mostra, com orgulho, um pé de nabo colhido na horta em Belo Horizonte.

ong Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTAZM) junto com as agricultoras do Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML). Hoje são utilizadas em todo o Brasil não só como um caderno de anotação, mas como uma ferramenta de aprendizagem. Acesse: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/cartilha-cadernetas-agroecologicas-267.pdf>.

Alexandra faz parte de um grupo de extensão voltado para a agricultura urbana na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que desenvolve o projeto “Perto das Mulheres, Perto da Terra”, que auxilia as agricultoras de Belo Horizonte com as cadernetas. “Tem sido de grande valia, porque a gente leva não somente a pesquisa, mas aprendizados e orientações”, comenta.

Por meio do trabalho para divulgar as cadernetas, ela conta que já encontrou mulheres que sofriam abuso psicológico dentro de casa e não sabiam que esse era um tipo de violência. “Fazemos encontros de três em três meses. A gente junta todas as mulheres e passa o dia com elas: verificamos os cálculos, as anotações, a quantidade que cada uma produziu, ganhou e perdeu”, explica. Segundo Alê, elas ficam felizes e, algumas vezes, surpresas ao constatarem a quantidade de dinheiro que ganharam com os cultivos — algumas delas percebem que estão ganhando mais que os companheiros.

Marcilene é uma das agricultoras que utilizam as cadernetas em seu dia a dia. Para ela, a iniciativa ajuda as mulheres a terem uma visão melhor sobre o negócio e a produção. São registros que, segundo ela, “criam memória”. “Na correria do dia a dia, a memória se perde. Quando anotamos, a gente sabe o que fez no ano passado. Fica registrado”, avalia.

Já Ivete conheceu o caderno de anotação por meio da organização Fase Amazônia, que desenvolveu a iniciativa para as mulheres de sua região terem noção do consumo, do que se trocava, do que se vendia e quanto rendia.

“Foi muito educativo para nós e hoje também utilizamos. É uma caderneta que no dia a dia a gente sabe o que nós trouxemos, o que nós vendemos, o que sobrou, quanto rendeu. Há assim uma estimativa que nos ajuda no cadastro das políticas públicas ou quando vamos fazer o CAF [Cadastro Nacional da Agricultura Familiar]. A gente tem esses dados bem elaborados”, resume. 

Alexandra, Marcilene e Ivete participaram do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em novembro, no Rio de Janeiro. Confira a cobertura completa de *Radis* sobre o encontro em nosso site.



Barraca de Ivete Bastos no 12º Congresso de Agroecologia no RJ, com a venda de produtos das agricultoras de Santarém no Pará.

“SOMOS SUJEITOS DE DIREITOS”

Pessoas com deficiência são diversas e necessitam de políticas públicas intersetoriais, como aponta Anna Paula Feminella, secretária nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência

LISEANE MOROSINI

No ano em que o Brasil se prepara para organizar a 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em julho de 2024, Anna Paula Feminella reafirma que a construção de uma agenda de fato inclusiva precisa considerar que os direitos das pessoas com deficiência estão em todas as políticas. Esse é o caminho para superar o capacitismo. “Se não tratar a deficiência como uma variável estratégica fundamental no desenvolvimento de políticas públicas, a gente vai continuar a ampliar as desigualdades sociais e as opressões contra as pessoas com deficiência”, aponta.

Desde janeiro de 2023, Anna Paula é secretária nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Ao assumir o cargo, ela se deparou com a urgência em retomar a pauta pela perspectiva dos direitos humanos — e não como caridade ou filantropia. “O Estado brasileiro tem que ser o garantidor desses direitos”, destaca.

Diante do que avaliou como “vazio” deixado na gestão anterior, Anna Paula faz um balanço do primeiro ano à frente da secretaria como um esforço em “arrumar e reestruturar a casa e tirar as cinzas”. Em maio de 2023, o governo determinou a elaboração do novo Plano Viver Sem Limite, com o objetivo de promover os direitos das pessoas com deficiência.

Nesta entrevista à Radis, a secretária, que é servidora da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), especialista em Gestão Pública e em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde se graduou, fala sobre o novo plano, construído doze anos após o lançamento da primeira versão. Além disso, ressalta que as políticas públicas devem compreender a diversidade das pessoas com deficiência — e que elas desejam ser reconhecidas, sem segregação, em todos os campos da vida. “A gente não quer falar apenas sobre deficiência”, afirma.

Ela ainda pontua o papel dos profissionais de saúde em desmistificar a ideia de que o corpo com deficiência é

um corpo doente, que requer apenas cura ou reabilitação. E deixou um recado: “Olhe nos olhos e construa a relação direta com a pessoa. Não entenda a deficiência como uma tragédia, não busque uma explicação religiosa, esotérica sobre a causa, mas atue no presente”.

O que é o novo plano Viver sem Limite?

É uma nova construção do Plano Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que retoma a política depois de um vazio desde o golpe da [presidenta] Dilma [Rousseff], em 2016. A gente ficou sem um plano que fosse mais sistêmico para garantir os direitos da pessoa com deficiência em todas as políticas públicas. O primeiro Viver Sem Limite foi lançado em 2011 e foi até 2015. Teve quatro eixos e focou no direito à saúde, à educação, à assistência social e na acessibilidade. A partir dos aprendizados desse primeiro plano, a gente quis colocar um guarda-chuva de possibilidades do sujeito de direitos. Para isso, identificamos as lacunas das políticas públicas que inviabilizam o pleno desenvolvimento e a participação social das pessoas com deficiência para assim construir uma política de Estado mais completa para superar todo o ciclo de invisibilidade, discriminação e violação de direitos.

Quais são os eixos estruturadores da nova versão?

São quatro eixos bem diferentes. O primeiro é gestão e participação social. Como é que a gente vai alterar o Estado brasileiro? Como é que vai fazer a gestão de forma inclusiva, contemplando a participação social e o protagonismo das pessoas com deficiência? São medidas mais estruturantes. Ali estão a implementação de um Sistema Nacional da Avaliação da Deficiência pela perspectiva da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da LBI [Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015]. A gente está retomando a avaliação na

“ É uma questão estruturante para a inclusão da pessoa com deficiência começar desde a educação básica a pertencer a um espaço social para além da família.”



FOTOS: CLARICE CASTRONIDHC

perspectiva biopsicossocial e multiprofissional para que haja a devida identificação de quem são as pessoas com deficiência e quais são os suportes para que elas consigam ter os seus direitos equiparados às demais pessoas. O segundo eixo é uma agenda que nunca foi trabalhada. É a primeira vez que o governo federal conceitua a discriminação por deficiência e se dispõe a formular política pública para fazer o devido enfrentamento. O terceiro eixo é o mais tradicional, que é acessibilidade e tecnologia assistiva. No quarto eixo, entram todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Que problemas devem ser enfrentados como prioridade?

Um deles é a grande desigualdade social da população com deficiência, o acesso à educação e como se manter na educação. Tivemos o investimento do MEC em quase 3 bilhões de reais em ações que viabilizem a educação inclusiva. É uma questão estruturante para a inclusão da pessoa com deficiência começar desde a educação básica a pertencer a um espaço social para além da família. É importante ela estar na vida pública e em seu território. É preciso dizer que a população com deficiência não é igual, por isso a gente tem que ir para a periferia, para onde as pessoas ficam mais isoladas do poder público e as emergências humanitárias são maiores.

Como superar as dificuldades e avançar na garantia de direitos?

O primeiro ano de governo foi o de arrumar e reestruturar a casa e tirar as cinzas. Foi preciso retomar a perspectiva de direitos humanos e o diálogo entre os ministérios. Outro salto qualitativo foi a Câmara Intersectorial, que está no campo do eixo da gestão. Sete ministérios que aportaram maiores recursos vão chamar outros ministérios para enfrentar problemas complexos e complementares. A questão da empregabilidade, por exemplo, não dá para ficar só na conta do MDHC e do Ministério do Trabalho. É somar esforços. Acredito que a gente ainda tem muito a avançar na formação de todos os profissionais que fazem atendimento ao público, os que atuam nas políticas públicas que ainda desconhecem aspectos fundamentais para a efetividade dos direitos. A identificação da sub-representação da pessoa com deficiência na política impacta na ausência de políticas públicas adequadas, acessíveis e inclusivas. Por mais que a política afirmativa de cota da população negra já esteja mais entendida, a cota para a população com deficiência ainda é vista como caridade. Ela não coloca a pessoa como sujeito de direitos e subalterniza essas pessoas.

Na sua avaliação, há abertura dos gestores no sentido de compreender a importância dessa pauta?

Havia, e ainda há, demandas reprimidas das pessoas com deficiência que nunca foram atendidas. Há grande mobilização das pessoas que nunca atuaram na agenda de direitos da pessoa com deficiência e muita disposição para aprender e fazer. O Ministério da Saúde está investindo bastante. Há uma demanda imensa por órtese, próteses, oficinas ortopédicas, tecnologias assistivas, profissionais qualificados. Há falta de terapeutas ocupacionais. Quando a gente fala dos direitos da pessoa com deficiência devido à heterogeneidade de suporte, recursos, metodologias e serviços, muitas vezes há interesses econômicos, às vezes legítimos e outros ainda baseados na perspectiva do lucro e não tanto na garantia de direitos. O Estado brasileiro tem que ser o garantidor desses direitos. Se os gestores públicos não construírem uma base crítica de entendimento da deficiência e de como prover os recursos públicos de forma adequada, podem ser corrompidos por interesses econômicos de venda de soluções fáceis para problemas complexos que não vão atender às necessidades.

Poderia dar um exemplo?

Dou como exemplo a super medicalização das pessoas com deficiência. Na agenda dos autistas, há muito interesse econômico envolvido e venda de solução rápida e fácil que, na verdade, é só um produto a mais do mercado. É preciso atuar com várias medidas e a gente tem que pensar em políticas públicas. Gosto de um referencial bastante didático da Luciana Jaccoud, pesquisadora do Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], que diz que deve-se contemplar quatro tipos de políticas: as políticas afirmativas; as políticas formativas de conhecimentos sobre o tema; a política valorativa da presença da participação, com uma difusão dessa agenda; e a política repressiva, porque a impunidade incentiva a continuidade da situação. A gente já tem avanços normativos que precisam se efetivar. A lei não se autoexecuta e, por isso, é preciso medidas nesses quatro campos.

Quem arca com os custos do capacitismo?

Ele recai muito sobre as famílias que empobrecem. É enorme a carga mental de uma família que não tem estrutura, condições e conhecimento quando recebe uma criança com deficiência. Elas sentem o impacto desde o momento em que o profissional de saúde não entende a deficiência e coloca a família numa condição de luto, na dimensão de uma tragédia desde o nascimento de um bebê com deficiência. Acredito que a gente está rumando para superar isso, mas ainda enfrenta os desafios de um território extremamente complexo. Por isso, vamos priorizar os mais distantes do poder público, como ribeirinhos, quilombolas, pessoas que vivem em territórios indígenas e periféricos.

Qual a importância de formar a gestão pública?

É importante para entender e dar conta das especificidades das pessoas com deficiência como dado de realidade para a garantia e efetividade das políticas públicas e para que essas ações impactem na redução da desigualdade. Se não tratar a deficiência como uma variável estratégica fundamental no desenvolvimento de políticas públicas, a gente vai continuar a ampliar as desigualdades sociais e as opressões contra as pessoas com deficiência.

“ Não entenda a deficiência como uma tragédia, não busque uma explicação religiosa ”

Qual o papel dos movimentos sociais na construção de um Brasil mais inclusivo?

É fundamental. A gente tem incentivado a população com deficiência, organizações, agentes culturais e públicos a entenderem essa agenda e pressionar os governos estaduais e municipais por meio das conferências. Em 2024, vamos ter as conferências municipais e estaduais e, no início de julho, depois de oito anos, a 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Vivemos a retomada da participação social de baixo para cima e é esse trabalho de formiguinha que vai fortalecer essa agenda. É sintomático que a gente tenha uma Lei Brasileira de Inclusão, que passou por um processo legislativo de 15 anos. Isso demonstra o jogo de interesses, lobbies diferenciados e atores sociais envolvidos. E não só os movimentos das pessoas com deficiência, mas movimentos de organizações que historicamente tutelam essas pessoas.

Como se dá a divisão de forças entre os movimentos de pessoas com deficiência?

O cobertor é curto, então, é o surdo competindo por recursos com o cego e a pessoa com deficiência física. A gente precisa fortalecer o que nos unifica e combater essa opressão capacitista. Precisamos reconhecer essa emergência humanitária, nos unir no fortalecimento dessa identidade de forma valorativa, para que a gente impacte mais no Estado brasileiro nessa relação com os movimentos de pessoas com deficiência.

Há capacitismo no próprio movimento de pessoas com deficiência e como se expressa?

Há uma agenda de segregação que a gente quer também alterar e ela vem a partir de alguns movimentos. Entendo que o capacitismo é estrutural na nossa sociedade e está introjetado, por isso o desvendar para a gente mesmo. Se você me perguntar com quantas pessoas com deficiência eu tive relações amorosas e sexuais, foram muito poucas. Talvez isso já levante o meu elemento capacitista. A gente precisa se colocar como parte do problema, como pessoas mergulhadas numa cultura capacitista para tirar esse moralismo. Muitas vezes é usado o “nada sobre nós sem nós” [lema do movimento], como se só eu tivesse a verdade e você não. Fazer política pública com o umbigo não dá certo porque há heterogeneidade das demandas.



“Pessoas com deficiência têm direito à saúde e não precisam ser tutelados pelo acompanhante”

Como contemplar a diversidade das pessoas com deficiência em relação à representação política?

O fato de eu ser cadeirante não me coloca na condição de especialista em políticas públicas para todas as pessoas com deficiência ou no direito de falar em nome de qualquer outra pessoa. Se eu não tenho mandato e não fui eleita, não tenho esse direito, mas muitas vezes o movimento faz assim. Acho que os vícios dos movimentos sociais são vícios dos movimentos políticos em geral. Não é suficiente a gente entender a bandeira “nada sobre nós sem nós”. O que a gente tem falado é “tudo conosco, sem segregar”, porque a gente não quer falar apenas sobre deficiência. Às vezes enjoa falar só sobre isso, temos que entender de política econômica e outros assuntos já que somos seres políticos no amplo sentido.

Como você sentiu o olhar do outro sobre o seu corpo com deficiência?

Pela minha vivência de 31 anos sem deficiência, consigo comparar o que eu pensava com o que penso hoje. Era o corpo que eu tinha, um corpo desejável, e, de repente, perder isso, de uma hora para outra, e virar um corpo identificado como assexuado. É um corpo paciente. Sofri um acidente, como muitas das pessoas que se tornam pessoas com deficiência. O impacto aconteceu desde o momento em que fui fazer o atendimento médico. Fiquei 19 dias no hospital e, de repente, eu, que nunca fui uma pessoa de ficar nua na frente de qualquer outra, fiquei exposta. Não me via mais como a Anna mulher, na minha sexualidade ampla. E percebi o olhar do outro como um olhar de pena. É uma coisa horrorosa. A pessoa me conhece, olha para mim, faz um comparativo

e chora na minha frente. Isso é um impacto enorme. Já faz 20 anos, hoje dá para falar, naquela época não. Fui mãe aos 40 anos e perguntaram para minha amiga se eu tinha sido estuprada. Veja, aquela gravidez não era vista como fruto de uma relação sexual amorosa que gerou uma criança. É uma experiência que atinge em cheio a nossa própria autoimagem.

Que recado você daria para um profissional de saúde melhorar o atendimento de uma pessoa com deficiência?

Para o profissional da saúde de todas as áreas, eu digo o quanto você é fundamental para desmistificar a ideia de que o corpo com deficiência é um corpo que requer cura ou reabilitação, ou um corpo paciente. A gente é mais do que isso, somos sujeitos de direitos. Há muito a se estudar, muita pesquisa a se desenvolver para que a gente ganhe mais autonomia. Pessoas com deficiência têm direito à saúde e não precisam ser tutelados pelo acompanhante. Quem está acompanhando a gente pode ajudar no suporte, na comunicação, mas olhe nos olhos e construa a relação direto com essa pessoa com deficiência. Por mais que você queira ou busque o apoio de um intérprete de Libras ou de qualquer outro profissional que faça a mediação da comunicação, se necessário, não perca a relação direta da pessoa com deficiência com você. Não entenda a deficiência como uma tragédia, não busque uma explicação religiosa, esotérica sobre a causa, mas atue no presente. É muito comum que as pessoas com deficiência sejam desacreditadas naquilo que falam. Isso dói muito. Às vezes o silêncio também informa e é importante tentar colocar a pessoa não naquela condição passiva e, sim, no diálogo à promoção da saúde de fato, não só na busca pela cura e reabilitação. 

MULHERES INSPIRADORAS

Memória

#EDUCASTEM2030 é um jogo produzido pela Unesco com meninas e mulheres inspiradoras que atuam ou atuaram nas áreas de STEM (abreviação em inglês para as carreiras de Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática). Entre as homenageadas estão Eneida Alves Marques, primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil e também a primeira mulher negra a concluir um curso superior no Paraná, e Jaqueline Góes de Jesus, que integrou a equipe que realizou o sequenciamento genético do novo coronavírus nos primeiros casos de covid-19 na América Latina. Com acesso gratuito, o jogo pode ser baixado em: <https://bit.ly/jogomulheresinspiradoras>.



CRIATURAS INUSITADAS

Com 11 indicações ao Oscar, o filme *Pobres Criaturas*, do diretor grego Yorgos Lanthimos, em cartaz nos cinemas brasileiros, vem chamando a atenção do grande público em parte pelo enredo inusitado — Bella, uma mulher da era



vitoriana é trazida de volta à vida por um cientista que substituiu seu cérebro pelo de um bebê que ainda não nasceu — parte pelas discussões que suscita, como emancipação feminina, desejo e monstruosidade, além do controle de mentes e corpos, como vem chamando a atenção a crítica especializada. Um filme “que não se acomoda, nem se contenta com o básico” e que deve ser assunto ao longo de 2024.

OS SEGREDOS DE ALICE

Desmistificar a menstruação. Esse é o objetivo de *Os Segredos de Alice: No país das maravilhas* uma viagem através do corpo feminino — hormônios, menstruação e autoconhecimento (Editora Senac), livro da pesquisadora e publicitária Bia Fioretti. A obra busca detalhar todos os processos que envolvem a fisiologia e o ciclo reprodutivo feminino: da menarca à menopausa. Temas como a pobreza menstrual também estão integrados ao livro, estimulando o autoconhecimento através de informação qualificada e uma abordagem lúdica.



OS ENCONTROS DO LUTO

Entre o luto e a memória, entre o romance e a não-ficção, o livro de Rosa Montero é, em sua superfície, um passeio pela vida e pelas descobertas da renomada cientista Marie Curie, a única mulher a ganhar dois prêmios Nobel em áreas temáticas distintas: Física e Química. Curie descobriu a radioatividade, os elementos polônio e rádio e, de maneira talvez mais dilacerante, descobriu o peso do luto. Esse último é o mote que inspira Montero. Cada uma em seu tempo, ambas perdem seus amados maridos e, com isso, escrevem para processar as perdas: Marie em seus diários; Montero na obra *A ridícula ideia de nunca mais te ver*: (Editora Todavia).

NUNCA RARAMENTE ÀS VEZES SEMPRE



NUNCA, RARAMENTE, ÀS VEZES, SEMPRE

No interior do estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, Autumn, uma adolescente de 17 anos, descobre que está grávida. Começa assim sua jornada (emocional e geográfica, da zona rural à cidade de Nova York) pelo direito ao aborto. Antes mesmo da Suprema Corte estadunidense revogar esse direito em nível federal em junho de 2022, em 2020 a diretora Eliza Hittman já abordava os labirintos jurídicos e morais do acesso ao aborto em território americano através da história de Autumn. O filme *Nunca, Raramente, Às Vezes, Sempre* é um retrato não só da situação legal enfrentada por meninas e mulheres americanas ao buscarem a interrupção da gravidez, mas também um olhar sobre amizade, autonomia feminina e as crueldades cotidianas e sutis do machismo.

A LUTA INVISÍVEL: O LEGADO E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS

LEILA LIMA*

“Uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa.”. Com essas palavras da autora Grada Kilomba, abro esse artigo e ressalto que no mês do Dia Internacional da Mulher, enquanto celebram-se algumas conquistas femininas, é crucial não apenas reconhecer, mas também destacar as lutas específicas enfrentadas pelas mulheres negras ao longo da História do Brasil.

Essas mulheres não só enfrentam o sexismo, mas também o racismo estrutural, lutando não apenas pela igualdade de gênero, mas também pela igualdade racial. É essencial contextualizar a luta das mulheres negras na história do Brasil, remontando aos tempos da escravidão.

As mulheres negras desempenharam um papel fundamental na resistência à opressão desde os dias da escravidão. As quitandeiras, por exemplo, vendiam alimentos nas ruas dos centros urbanos. Além de sustentar suas famílias, utilizavam os lucros de seus negócios para comprar a alforria de parentes escravizados, desafiando assim o sistema escravocrata de forma econômica e socialmente significativa. Esses atos promoveram liberdades individuais e contribuíram para a formação de comunidades afro-brasileiras livres, bases de resistência coletiva contra a escravidão.

As quitandeiras foram capazes de ocupar um lugar inimaginável para aquela sociedade ocidental: ter sua autonomia econômica e, como mães de santo, o poder máximo de um espaço religioso. Talvez por essa ousadia histórica as mulheres negras das Comunidades Tradicionais de Terreiros sofrem uma dose extra de barreiras, dificuldades e violências, impostas por uma sociedade racista e patriarcal como a brasileira. O apagamento e invisibilidade das mulheres negras é um dos traços cruéis de uma sociedade racista e patriarcal e são necessárias diversas ações para reverter esta situação.

As lutas enfrentadas pelas mulheres negras diferem significativamente das enfrentadas por mulheres brancas, especialmente no contexto brasileiro. O acesso à educação e empregos dignos foi historicamente negado às mulheres negras, que muitas vezes eram relegadas a trabalhos domésticos e de servidão. Enquanto as mulheres brancas avançavam no mercado de trabalho, as mulheres negras continuavam marginalizadas, limitadas a empregos mal remunerados e sem perspectivas de ascensão social.

Podemos afirmar que essa é uma situação que persiste até a atualidade. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2023, mostra que - apesar de melhorias na escolaridade das mulheres negras - as desigualdades raciais na educação ainda são significativas. Enquanto 29% das mulheres brancas têm ensino superior completo, apenas 14,70% das mulheres negras atingiram o mesmo nível.

No mercado de trabalho, quase 48% das mulheres negras ocupadas estavam em situações informais, contra menos de 35% entre as mulheres brancas. O estudo também aponta que as mulheres negras representam mais de 67% dos trabalhadores domésticos, muitos dos quais sem carteira assinada e sem direitos básicos, levando a uma situação de pobreza ou extrema pobreza para uma parcela significativa dessas mulheres.

Nesse contexto, é fundamental homenagear e reconhecer as mulheres negras que desempenharam e continuam a desempenhar um papel vital na luta por direitos, reconhecimento e igualdade. Muitas mulheres transcenderam as limitações impostas pela sociedade, deixando legado em diversas áreas, incluindo cultura, política, educação e religião. São exemplos inspiradores de força e resiliência, seus feitos devem ser celebrados e suas histórias devem ser contadas como parte integrante da narrativa nacional. Mulheres brasileiras como Enedina Marques (primeira engenheira negra); Clementina de Jesus; Maria Firmina dos Reis (primeira escritora negra); Carolina Maria de Jesus; Conceição Evaristo; Sueli Carneiro e Mãe Estela de Oxossi (entre tantas Mães de Santo ao longo de nossa história).

A luta pela igualdade de gênero e racial está longe de terminar e é nosso dever continuar a lutar por uma sociedade que reconheça plenamente as contribuições e conquistas das mulheres negras, além de promover condições de vida em que não seja necessário enfrentar tantos obstáculos e desafios. Devemos nos comprometer a amplificar suas vozes, defender seus direitos e trabalhar incansavelmente em direção a uma sociedade verdadeiramente igualitária e inclusiva. Juntos e juntas, podemos criar um futuro em que todas as mulheres negras e não-negras possam prosperar e alcançar seu pleno potencial.

LEILA LIMA É MESTRA AUARACYARA, SERVIDORA PÚBLICA, SACERDOTISA DA ORDEM INICIÁTICA DO CRUZEIRO DIVINO NO DF E DA CASA LUZ DE YORIMÁ. TEXTO PUBLICADO ORIGINALMENTE NO SITE DO CORREIO BRAZILIENSE (9/3)



PROGRAMA
**DIGNIDADE
MENSTRUAL**

UM CICLO DE RESPEITO

DISQUE
SAÚDE **136**

   /minsaude

 /ministeriodasaude

 /MinSaudeBR

**AGORA TEM
ABSORVENTES
GRATUITOS NO
FARMÁCIA POPULAR.**

**QUEM PODE
RETIRÁ-LOS?**

Pessoa com idade entre 10 e 49 anos que:

• **Tenha renda mensal
até R\$ 218**

OU

• **Seja estudante de
baixa renda da rede
pública**

OU

• **Esteja em situação
de rua**

BAIXE AQUI:

 **Meu
SUS
Digital**



Basta ter **CPF, documento
com foto**, cadastro no
CadÚnico e **Gov.BR** e emitir
autorização no **Meu SUS Digital**.